



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.595/2024-D

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO).

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Data e Hora do Pregão: 25/06/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Sessão Pública: www.compras.gov.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Modo de Disputa: ABERTO

Preferência ME/EPP/Equiparadas: NÃO

Tipo de Licitação: "AMPLA CONCORRÊNCIA"

UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da Secretaria de Trânsito, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 25 de junho de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO)**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023, (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca), nº 7843/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca), nº 6238/2017 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca), nº 6434/2018 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por treze itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SETRAN	16.02.00 / 15 452 8001 2439 / 3.3.90.39.99	01
SECTUR	19.02.00 / 13 122 3003 2024 / 3.3.90.39.99	01

3.2. ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO: O valor estimado da aquisição é de **R\$ 7.345.536,50** (sete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.6.12. Sociedades Cooperativas.

4.7. O impedimento de que trata o item **4.6.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.6.2.** e **4.6.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens **4.6.2.** e **4.6.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.12. A vedação de que trata o item **4.6.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1.** e **9.10.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.10. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

5.13. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.17. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário ou desconto;

6.1.2. Marca/fabricante;

6.1.3. Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9.** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.**

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixa e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 46 da Lei Complementar nº 123.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF (<https://cadbrasil.com.br/servicos-cadbrasil-digital-sicafcomprasnet/#>);
- b)** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);
- c)** Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item **5.6** deste edital.

8.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.6.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Será desclassificada a proposta que:

8.7.1. Contiver vício insanável;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

8.7.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, para que sejam autenticados por servidor da Administração.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. Caso o Termo de Referência exija que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

9.8.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Apêndice 3 do Termo de Referência..

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.10.1.**

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

9.16. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

15.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa;

15.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1.**, **15.1.2.** e **15.1.3.**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4.**, **15.1.5.**, **15.1.6.**, **15.1.7.** e **15.1.8.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1.**, **15.1.2.** e **15.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

16.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

16.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

16.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

16.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

16.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

16.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

16.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>

16.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. ANEXO I – Termo de Referência

17.1.1.1. 1º Apêndice do ANEXO I – Especificações Técnicas

17.1.1.2. 2º Apêndice do ANEXO I – Condições Gerais

17.1.1.3. 3º Apêndice do ANEXO I – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Locais e Ônus da Execução

17.1.1.4. 4º Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar e anexos

17.1.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Parentesco

17.1.3. ANEXO III – Planilha Proposta

17.1.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.5. ANEXO V – Cadastro Reserva

17.1.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato

Praia Grande, 02 de junho de 2026.

MARCELINO SANTOS GOMES
Secretário Municipal de Trânsito

MAURICIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura e Turismo



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 5.595/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO)

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1** Contratação de serviços de Execução de Serviços de Sinalização Horizontal (Fornecimento e Aplicação) conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no "1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais".
- 1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.
- 1.3** Os serviços são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.
- 1.4** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogável por igual período, desde que haja interesse público e que os quantitativos previstos na ata de registro de preços sejam renovados, retornando ao montante inicial.
- 1.5** A contratação, embora não seja continuada, justifica a sua manutenção por ser um fator crítico de dinamismo e efetividade, conforme justificativa constante no ETP.
- 1.6** O termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no ETP.
- 2.2** A necessidade fundamenta-se no aumento de 10,33% na demanda por intervenções viárias entre 2023 e 2024, aliado à redução do quadro de pessoal operacional da SETRAN.
- 2.3** A contratação visa garantir o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assegurando a manutenção indispensável e recorrente da sinalização para preservação da vida e prevenção de acidentes.
- 2.4** Atende também à necessidade de manutenção dos estacionamentos do Palácio das Artes (PDA) e Kartódromo, além da implantação de elementos de acessibilidade (piso tátil) solicitados pela SECTUR.
- 2.5** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.6** O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de contratação Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento disponível no link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no ETP, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2** A solução consiste na execução de sinalização horizontal sob demanda, abrangendo atividades preliminares, remoção de sinalização existente, implantação/revitalização de faixas, marcas de canalização e instalação de dispositivos auxiliares (tachas e tachões).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

3.3 Os serviços deverão ser realizados com materiais de alta performance (como plástico a frio e metil-metacrilato), garantindo maior durabilidade e menor custo de manutenção a longo prazo.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá executar os serviços de sinalização horizontal em estrita observância à Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), adotando medidas que minimizem os impactos negativos à comunidade e aos recursos naturais.

4.1.1 Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- a) A contratada é a única responsável pelo recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, especialmente embalagens contaminadas de tintas, solventes e microesferas de vidro.
- b) Deverá ser apresentado, sempre que solicitado pela fiscalização, o comprovante de destinação final (Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR) em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a ABNT NBR 10004.
- c) Fica estabelecida a obrigatoriedade da Logística Reversa, devendo a contratada retirar todas as embalagens vazias e sobras de materiais químicos ao final de cada jornada de trabalho.

4.1.2 Eficiência de Recursos e Emissões:

- a) A contratada deverá utilizar equipamentos de aplicação mecanizada com manutenção em dia, visando a otimização do consumo de insumos e a redução da emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) na atmosfera.
- b) Deverão ser adotadas técnicas que evitem o escoamento ou dispersão de materiais líquidos em bueiros, sarjetas ou solo exposto, prevenindo a contaminação de corpos hídricos.

4.1.3 Saúde e Segurança Ocupacional: A contratada deverá garantir o uso integral de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à manipulação de substâncias químicas, conforme previsto na NR-9 e NR-15, reduzindo os riscos de doenças ocupacionais e acidentes ambientais no trabalho.

A Administração Municipal reserva-se o direito de paralisar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com as normas ambientais vigentes, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e contratuais cabíveis.

4.2 A empresa contratada deve possuir experiência comprovada e especialização em serviços de sinalização viária horizontal, demonstrando capacidade técnica e operacional para executar o objeto conforme as normas e especificações vigentes. Para tanto, é indispensável que a licitante esteja devidamente registrada nos órgãos reguladores e possua todas as licenças e certificações exigidas, incluindo o registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). A equipe técnica deverá contar obrigatoriamente com um Engenheiro Civil registrado, que apresente Certidão de Acervo Técnico (CAT) comprovando experiência em serviços similares, além de fornecer referências que atestem a qualidade e eficiência de trabalhos anteriores.

4.3 A contratada deve dispor de recursos, equipamentos modernos e tecnologia apropriada para realizar a sinalização de forma segura e eficiente, abrangendo a pintura de faixas de pedestres, linhas de centro e de bordo, sinalização de pavimentos, meios-fios, estacionamentos e serviços correlatos. É responsabilidade da empresa garantir que as atividades ocorram nos locais indicados com a mínima interrupção possível ao tráfego local, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos.

4.4 No que tange aos materiais e padrões técnicos, todos os insumos utilizados devem ser de alta qualidade e estar em total conformidade com a legislação vigente e as normas da ABNT, bem como com as determinações dos órgãos que regulamentam e fiscalizam o setor.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

4.5 A empresa deve garantir que os materiais mantenham as características originais do fabricante, sendo expressamente proibida a utilização de produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou alterados.

4.6 Além disso, deverá ser oferecida garantia técnica para os serviços prestados, assegurando a durabilidade e a manutenção das sinalizações contra desgastes prematuros.

4.7 Da exigência da amostra

Será exigida apresentação de amostra.

A exigência de amostra (Prova de Conceito) justifica-se pela alta complexidade tecnológica do Módulo de Captura e Registro de Dados Viários. Por se tratar de um sistema que envolve hardware (câmeras e sensores) e software (interface web e algoritmos de análise de pavimento), é imprescindível que a Administração comprove — antes da contratação definitiva — que a solução ofertada atende plenamente aos requisitos de georreferenciamento, captura de vídeo de contexto e classificação automática de pavimentos. Tal medida visa assegurar a eficiência da fiscalização e evitar o risco de contratação de ferramentas que não possuam a integração técnica necessária para a gestão da sinalização viária.

4.7.1 AMOSTRAS E AVALIAÇÃO TÉCNICA

4.7.1.1 Constatado o atendimento pleno dos requisitos de proposta e habilitação previstos neste Edital, o licitante declarado vencedor provisoriamente será convocado para a apresentação das amostras e funcionalidades do sistema, conforme especificações deste Termo de Referência.

4.7.1.2 A definição da data, hora e duração máxima da demonstração ficará a cargo do Pregoeiro, com antecedência mínima de convocação de 05 (cinco) dias úteis.

4.7.1.3 As amostras serão avaliadas por Comissão Técnica formada por servidores da SETRAN, que verificará o atendimento às especificações contidas neste Anexo através de critérios estritamente objetivos. É facultado aos demais licitantes concorrentes o direito de acompanhar os procedimentos de avaliação.

4.7.1.4 A reprovação da amostra deverá ser motivada em relatório de análise, baseando-se unicamente na fidelidade da amostra às especificações técnicas, conforme o roteiro abaixo:

ITEM	REQUISITO TÉCNICO	ATENDIMENTO
1	Módulo de Captura e Registro de Dados Viários (Hardware/Software)	() SIM / () NÃO
2	Funcionalidades de Interface Web e Relatórios	() SIM / () NÃO
3	Sistema de Avaliação Automática de Pavimento (Sensores)	() SIM / () NÃO

4.7.1.5 A Administração disponibilizará ponto de energia elétrica e internet para a instalação dos equipamentos e sistemas. Fica a cargo da licitante o fornecimento de todos os demais periféricos e veículos necessários para a demonstração.

4.7.1.6 A licitante não poderá realizar modificações, atualizações ou correções de programação nos sistemas durante o período de testes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

4.7.1.7 De todas as etapas da avaliação técnica serão lavradas atas detalhadas para registrar as ocorrências e o desempenho dos sistemas testados.

4.7.1.8 Em caso de não atendimento das exigências ou reprovação da amostra, a licitante será inabilitada, sendo facultado à Municipalidade convocar o próximo classificado para a realização dos testes, sucessivamente, até que se obtenha uma amostra aprovada.

4.8 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9 Não haverá garantia da contratação

4.10 Da contratação

4.10.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o termo de ata de registro de preços.

4.10.2 A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.10.3 Constitui condição para a assinatura do termo de ata de registro de preços:

4.10.3.1 Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.10.3.2 Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.10.4 O termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.10.5 O Prazo para assinatura do termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.10.6 No ato da assinatura do termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.10.7 A Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.11 Da rescisão

4.11.1 O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.11.2 O termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.



5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1 Prazo de Entrega: O prazo máximo para a execução dos serviços, de forma integral ou parcelada, a critério da Unidade Requisitante, é de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) pela empresa detentora da Ata. Excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada, este prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período. Em caso de interferência direta de intempéries (chuvas) que impossibilitem a execução técnica do serviço, o prazo poderá ser estendido por período superior, desde que as razões sejam devidamente comprovadas por meio de documentos específicos aceitos pela fiscalização.

5.1.1 Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- Assegurar que os materiais (insumos) atendam as especificações técnicas do Edital, devendo todos estar em estrita conformidade com as normas da ABNT (NBR 11862, NBR 13699, entre outras) e Manuais do CONTRAN.
- É vedada a utilização de materiais reciclados, remanufaturados ou que não possuam certificação de qualidade de fábrica.
- Garantir que as máquinas sejam autopropelidas de médio e grande porte para pintura de faixas e eixos em vias de grande fluxo, e máquinas manuais motorizadas para serviços de precisão em.
- Que possuam equipamentos de limpeza como compressores de ar e vassouras mecânicas para a limpeza prévia do pavimento, garantindo a aderência dos materiais.
- Disponibilizar veículos equipados para o transporte seguro de tintas, solventes e sinalização de segurança, devidamente identificados.
- Disponibilização de cones, cavaletes, fitas zebradas, bandeirolas e, obrigatoriamente, sinalizadores luminosos intermitentes para garantir a segurança das equipes e dos usuários da via durante trabalhos noturnos ou de baixa visibilidade.
- Fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários (coletes refletivos, luvas, máscaras para vapores químicos, etc.), conforme as Normas Regulamentadoras (NR-6, NR-9 e NR-15).
- Fornecer relatórios técnicos de serviços realizados, de acordo com o descrito no item 7 1º Apêndice do Anexo I – Especificações Técnicas.

5.2 Local de Prestação dos serviços:

5.2.1 Os serviços de sinalização horizontal serão executados em toda a extensão da malha viária urbana do Município de Praia Grande, bem como em próprios municipais sob gestão da Unidade Requisitante, incluindo, mas não se limitando ao estacionamento do Palácio das Artes (PDA) e Kartódromo Municipal.

5.2.2 O local específico para a execução de cada intervenção será designado pela Secretaria Requisitante por meio da emissão da respectiva Autorização de Fornecimento (AF), que detalhará o trecho, o logradouro ou a área interna a ser sinalizada.

5.2.3 A Contratada deverá observar as particularidades de cada local indicado, devendo a equipe técnica estar apta a se deslocar para qualquer ponto do território municipal conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

5.2.4 Em áreas de grande circulação ou locais com restrição de horários, o local de prestação poderá sofrer ajustes na logística de acesso, devendo a Contratada coordenar previamente com a pela Secretaria Requisitante o posicionamento das frentes de trabalho e da equipe de suporte ("Siga e Pare"), visando minimizar o impacto no fluxo local.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5.2.5 Do Horário de Execução dos Serviços:

- a) Como regra geral, os serviços de sinalização horizontal deverão ser executados em dias úteis, dentro do horário comercial da Unidade Requisitante.
- b) Em casos excepcionais, como em áreas escolares ou eventos específicos no Palácio das Artes (PDA) e Kartódromo, a pela Secretaria Requisitante poderá autorizar ou exigir a execução em feriados ou finais de semana, visando o menor impacto possível à coletividade.
- c) Em vias de grande fluxo de veículos, áreas comerciais de intensa circulação ou trechos onde a interdição diurna acarrete transtornos significativos à mobilidade urbana, os serviços deverão ser obrigatoriamente executados em período noturno, preferencialmente entre as 21h00 e 05h00.
- d) Caberá à Unidade Requisitante, no momento da emissão da Autorização de Fornecimento, definir a obrigatoriedade do turno noturno para cada logradouro específico, considerando a conveniência técnica e a segurança viária.
- e) O custo decorrente do trabalho noturno (adicionais, iluminação extra e logística diferenciada) deverá estar integralmente computado nos preços unitários apresentados na proposta, não cabendo qualquer acréscimo ou pedido de reequilíbrio financeiro sob este pretexto.

5.3 Os prazos de garantia dos serviços e materiais estão detalhados no Apêndice I deste Termo de Referência, observando-se as especificidades e exigências técnicas de cada item licitado.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117 caputs).

6.6.1 Caberá ao **gestor do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.6.1.1 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa:

- a) Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

b) Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

- 6.6.1.2 Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período desde que devidamente justificada e autorizada pela (s) Secretaria (s) requisitante (s), contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
 - 6.6.1.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
 - 6.6.1.4 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
 - 6.6.1.5 Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequação ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;
 - 6.6.1.6 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
 - 6.6.1.7 Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, para que se tenha tempo hábil para realizar uma nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;
 - 6.6.1.8 Negociar condições mais vantajosas com a contratada no procedimento que antecede a prorrogação ou a extinção dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, na forma do disposto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.6.2** Cabe ao **fiscal técnico** do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:
- 6.6.2.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
 - 6.6.2.2 Anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - 6.6.2.3 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
 - 6.6.2.4 Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - 6.6.2.5 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

6.6.2.6 Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, com o apoio do fiscal administrativo, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.6.2.7 Comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 11, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

6.6.3 Cabe ao **fiscal administrativo** do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

6.6.3.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor e ao fiscal técnico do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.6.3.2 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; e

6.6.3.3 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

6.7 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8 Sanções e infrações administrativas:

6.8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.8.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.8.1.3 Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.8.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.8.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.8.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.8.2.1 Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.2.2 6.8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.8.1.2 a 6.8.1.4.", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.8.2.3 6.8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "6.8.1.5 a 6.8.1.8.", bem como nas alíneas "6.7.1.2. a 6.7.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.8.2.4 Multa:

6.8.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

6.8.2.4.2 O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.2.4.3 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

6.8.2.4.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.6 Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.8.6.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.8.6.2 As peculiaridades do caso concreto;

6.8.6.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.8.6.4 Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.8.6.5 Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.8 A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.9 O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

No caso de serviços

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará medição in loco e relatório de serviços prestados emitidos pela contratada de acordo com o descrito no item 7 do 1º Apêndice do Anexo I – Especificações Técnicas.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a" da Lei 14.133/21)

7.2.1 O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.2.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1 O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.3.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do termo de ata de registro de preços.

7.9 Prazo de pagamento

7.9.1 O prazo máximo para pagamento é de 30 (trinta) dias.

7.9.2 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IPCA - IBGE, calculado pro rata die.

7.10 Forma de pagamento

7.10.1 Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária;

7.10.2 Primeira via da Nota Fiscal ou

7.10.3 Nota Fiscal – Fatura;

7.10.4 O pagamento será providenciado em moeda corrente nacional (R\$) após a entrega efetiva de cada solicitação;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.10.5 O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora a contar da entrega da documentação fiscal na Secretaria de Finanças, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário. A adoção do regime de empreitada por preço unitário justifica-se pela natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços de sinalização horizontal de forma intermitente e sob demanda (Sistema de Registro de Preços). Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a demanda por intervenções viárias é dinâmica, sofrendo influência do desgaste natural dos materiais, do volume de tráfego e de solicitações emergenciais, o que impossibilita a fixação de um quantitativo exato e absoluto previamente à execução. Dessa forma, o pagamento será realizado mediante a medição dos serviços efetivamente executados (seja por metro quadrado, metro linear ou unidade de dispositivo instalado), garantindo que a Administração remunere a contratada de forma justa e precisa pela produtividade comprovada. Este regime minimiza os riscos de distorções orçamentárias e assegura maior eficiência na gestão contratual, permitindo o ajuste das quantidades à real necessidade do Município de Praia Grande ao longo da vigência da Ata.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** consiste em:

- 8.3.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.1.2 Microempreendedor Individual- MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.3.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.3.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.3.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.3.2 A documentação relativa à **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista** consiste em:

- 8.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

Geral da Fazenda Nacional(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.3.2.3 Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.2.4 Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.3.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;
- 8.3.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.3.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.3.2.10 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.3.3 A documentação relativa à **Qualificação econômico-financeira consiste em:**

- 8.3.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.3.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.
 - 8.3.3.2.1 Empresas que tenham sido constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório, limitar-se-ão a apresentar balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referente apenas ao último exercício.
 - 8.3.3.2.2 Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no artigo 65, §1º, da Lei nº14.133 de 2.020.
 - 8.3.3.2.3 O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário e conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.
 - 8.3.3.2.4 Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

8.3.3.2.5 No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED-ECD) deverá apresentar os seguintes documentos: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº. 8.934/94.

8.3.3.2.6 Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.

8.3.3.3 Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LC) = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

8.3.3.4 Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LG) = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

8.3.3.5 Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(SG) = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

8.3.3.6. As empresas deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado a ser contratado, quando os índices dos itens anteriores forem inferiores a 1 (um), devendo a comprovação ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.3.4 A documentação relativa à **Qualificação Técnica** consiste em:

8.3.4.1 A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível em características e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, ao menos, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados para os itens de maior relevância técnica, a saber:

- Item 1 - Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, processo de aspersão Hot-Spray na cor amarela/branca. Conforme Especificação;
- Item 2 - Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, Extrudado na cor amarela/branca. Conforme Especificação;
- Item 3 - Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, tinta fria a base de metil-metacrilato monocomponente na cor amarela/branca/vermelha/preta/azul;
- Item 5 - Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por extrusão, retro refletorizado e antiderrapante com espessura mínima de 2,0mm (Extrudado). Conforme especificação;
- Item 6 - Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com material bi componente plástico a frio, pelo método de aplicação spray dupla aspersão com agregado antiderrapante com espessura de 1,0mm. (aspersão). Conforme especificação;

8.3.4.2 Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade, compatível com a atividade de engenharia de tráfego/sinalização viária.

8.3.4.3 Comprovação de que o profissional detentor do acervo técnico pertence ao quadro permanente da licitante na data de abertura do certame, admitindo-se para tanto as diversas formas de vinculação profissional legítima.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- 8.3.4.4 Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as condições locais para a prestação dos serviços no Município de Praia Grande, estando ciente da necessidade de execução em período noturno, finais de semana e da realização de operações de 'Siga e Pare' em vias de grande fluxo, conforme modelo constante no Apêndice 3 deste Termo de Referência.

8.4 Da participação de consórcios de empresas

- 8.4.1** Não será admitida a participação de empresas em Consórcio neste certame. A proibição da participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se pelo fato de que o objeto da presente contratação — prestação de serviços de sinalização viária horizontal — não apresenta complexidade técnica excepcional ou vulto econômico que extrapole a capacidade de atendimento individual das empresas atuantes no setor.
- 8.4.2** Em contratações desta natureza, a admissão de consórcios poderia prejudicar a competitividade do certame, uma vez que empresas que detêm plena capacidade de participar isoladamente poderiam associar-se, reduzindo o número de licitantes e o vigor da disputa de preços. Assim, a vedação visa garantir a máxima competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para o Município de Praia Grande, considerando que o mercado local e regional possui amplo número de fornecedores aptos a cumprir o objeto individualmente.

8.5 Forma de adjudicação:

- 8.5.1** A adjudicação do objeto dar-se-á pelo critério de menor preço global, abrangendo a totalidade dos itens previstos na planilha orçamentária. A opção pelo julgamento global, em detrimento da adjudicação por item, justifica-se tecnicamente pela necessidade de garantir a integridade logística e a padronização operacional dos serviços de sinalização viária no Município de Praia Grande.
- 8.5.2** A natureza do objeto exige que a execução da sinalização horizontal e a instalação de dispositivos auxiliares ocorram de forma coordenada e sob uma única gestão técnica, a fim de evitar conflitos de cronograma em vias de grande fluxo e garantir a uniformidade dos materiais aplicados. A divisão do objeto em itens distintos poderia comprometer a identidade visual da sinalização urbana e elevar os custos administrativos de fiscalização, além de dificultar a responsabilização por garantias e assistência técnica. Portanto, o critério de menor preço global é a estratégia que melhor concilia a economia de escala com a eficiência na gestão das Autorizações de Fornecimento.

8.6 Critério de julgamento das propostas:

- 8.6.1** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**. A escolha deste critério justifica-se por tratar-se do padrão normativo para a contratação de serviços comuns de engenharia, onde as especificações técnicas estão objetivamente definidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Dado que o mercado de sinalização viária possui ampla competitividade e padrões de desempenho amplamente difundidos por normas da ABNT e do CONTRAN, o critério de menor preço assegura a seleção da proposta mais econômica para o Município de Praia Grande, garantindo que o licitante vencedor atenda integralmente aos requisitos de qualidade e durabilidade exigidos pela Administração.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1** O valor total estimado desta contratação de empresa para execução de serviços de sinalização horizontal (fornecimento e aplicação), é de R\$ 7.345.536,50 (sete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1** As despesas decorrentes do presente registro correrão à conta de recursos estabelecidos no quadro abaixo:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA	FONTE	C.A.
SETRAN	16.02.00/15.452.8001.2439/3.3.90.39.99	2671	01	11000-00
SECTUR	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.39.99	3014	01	11000-00



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

1º Apêndice ao Anexo I – Especificações Técnicas

1. TERMOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (HOT-SPRAY E EXTRUDADO)

1.1. OBJETIVO

Esta especificação estabelece as características e condições mínimas para os serviços de sinalização horizontal com a utilização de material termoplástico pelos processos de aspersão (Hot Spray) e extrusão, visando garantir a alta durabilidade e retrorrefletividade na malha viária de Praia Grande.

1.2. REQUISITOS GERAIS

- O termoplástico deve suportar temperaturas de pavimentos de até 80 °C sem deformações, sendo inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes.
- Deve garantir adesão firme ao pavimento, não se destacando sob esforços de tráfego intenso.
- A liberação do tráfego deve ocorrer em no máximo 5 minutos após a aplicação.
- Sustentabilidade: O material não deve desprender gases tóxicos durante o aquecimento. A contratada é responsável pela logística reversa das embalagens, conforme a Lei nº 12.305/2010 e as diretrizes ambientais do ETP.
- O termoplástico deve ser inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes.
- O termoplástico deve produzir marcas que se agreguem firmemente ao pavimento não se destacando do mesmo em consequência de esforços provenientes do tráfego.
- O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos significativos ao pavimento.
- O termoplástico não deve possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.
- O termoplástico não deve ser aplicado sobre pavimento de concreto, a não ser se faça uma pintura de ligação com material apropriado.
- O termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor após a sua aplicação no pavimento.

1.3. MATERIAIS E COMPOSIÇÃO

- Ligante: Constituído de resinas sintéticas e agentes plastificantes (18% a 28% da massa).
- Pigmentos: Devem assegurar estabilidade de cor sob luz e calor. Recomenda-se o uso de pigmentos isentos de metais pesados.
- Microesferas: Devem atender à ABNT NBR 6831, com aspersão mínima de 400 g/m² para garantir a retrorrefletividade imediata.

1.4. EQUIPAMENTOS

A contratada deve dispor de:

- vassouras, escovas;
- compressores para limpeza com jato de ar ou água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.
- aparelho de projeção pneumática, mecânica ou combinada.
- implementos auxiliares para demarcação manual quantos forem necessários à execução satisfatória do serviço.
- usina móvel montada sobre caminhão, constituída de dois recipientes para fusão de material, branco e amarelo, providos de queimadores, controle de temperatura e agitadores com velocidade variável;
- sapatas para aplicação manual com largura variável de 100 e 500 mm e abertura de 3 mm;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- carrinho semeador para aplicação e distribuição de microesferas com largura variável de 100 a 500 mm;
- veículo auto-propulsor contendo recipiente com capacidade variável e aquecimento indireto, câmara para óleo térmico; para os veículos de projeção pneumática. O recipiente deve ser pressurizado, para conduzir o material até a pistola, e nos equipamentos de projeção mecânica, o material deve ser conduzido através de bomba até a pistola;
- termômetros em perfeito estado de funcionamento na câmara de óleo e no recipiente, para fusão do material termoplástico;
- conjunto aplicador contendo uma ou duas pistolas próprias para termoplástico e semeador de microesferas de vidro;
- aquecimento indireto com óleo térmico, para todo o conjunto aplicador, ou seja, mangueira condutora do material termoplástico e pistola;
- compressor com tanque pulmão de ar destinado à: pressurização do recipiente de
- termoplástico, nos equipamentos de projeção pneumática, tanque de microesferas;
- limpeza do pavimento e para atomização do material; acionamento das pistolas para termoplástico e microesferas;
- dispositivos de aplicação contínua e intermitente para execução das linhas simples ou duplas de materiais utilizados;
- dispositivos, acessórios de controle de segurança em painéis na cabine do veículo e na plataforma de comando do conjunto de aplicação;
- sistema de aquecimento, podendo ser com queima de gás ou óleo diesel;
- gerador de eletricidade para alimentação dos dispositivos de segurança e controle;
- dispositivo balizador para direcionamento da unidade aplicadora durante a execução da demarcação.
- termômetro para quantificar a temperatura ambiente do pavimento, um higrômetro para a umidade relativa do ar, trena e um medidor de espessura.

1.6. EMBALAGEM

O termoplástico deverá ser acondicionado em sacos multifolhados de papel plástico, devidamente fechados e lacrados, bem como em embalagens padronizadas, nas quais deve figurar em local visível e legível:

Nome do fabricante;

Nome do produto;

Número do lote de fabricação;

Data de fabricação;

Cor do Material;

Máxima temperatura de aquecimento;

Prazo de validade;

Quantidade contida, em quilos;

1.7. REQUISITOS ESPECÍFICOS

- Ligante: 18% a 28% em massa.
- Microesferas (premístura): 20% a 40% em massa.
- Ponto de amolecimento: Mínimo de 90 °C (conforme NBR 13092).

1.8. EXECUÇÃO

- Limites Climáticos: Não aplicar com temperatura ambiente acima de 40 °C ou inferior a 5 °C, nem sobre pavimento úmido.
- Temperatura de Aplicação: Entre 165 °C e 200 °C.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- Espessuras Mínimas (Pós-secagem):
 - a) Hot Spray: 1,5 mm.
 - b) Extrudado: 3,0 mm.
- Contraste: É obrigatória a pintura de ligação em pavimentos de concreto ou asfalto antigo/oxidado para evitar descamação.

1.8.1 Pré-marcação

Deve ser efetuada pré-marcação antes da implantação a fim de garantir o alinhamento e configuração geométrica da sinalização horizontal.

Nos casos de recuperação de sinalização existente, não é permitido o uso das faixas de pinturas existentes como referencial de marcação.

Quando, a marcação da pintura nova não for coincidente com a existente, e for necessária a remoção da pintura antiga, a remoção da tinta no pavimento poderá ser feita através de métodos de livre escolha, sujeitos a aprovação da SETRAN.

1.8.2 Limpeza

Antes da aplicação da tinta, a superfície do pavimento deve estar limpa, seca, livre de contaminantes prejudiciais à pintura. Devem ser retirados quaisquer corpos estranhos aderentes ou partículas de pavimento em estado de desagregação.

1.8.3 Mistura das Esferas de Vidro

Imediatamente após a aplicação do termoplástico, aspergir as microesferas de vidro de acordo com a NBR 6831 tipo I A à razão mínima de 400 g/m².

1.9. CONTROLE

O fornecedor ou fabricante termoplástico deve ser responsável pela realização dos ensaios e testes que comprovem o cumprimento das premissas desta especificação a contratante deve ainda:

- a) verificar visualmente as condições de acabamento;
- b) realizar controle geométrico, verificado sua obediência ao projeto.

1.10. DURABILIDADE, GARANTIA E DESEMPENHO

Considerando o volume de tráfego de 10.000 veículos/faixa/dia, a sinalização deverá manter sua funcionalidade pelos seguintes prazos mínimos:

- Termoplástico Hot-Spray (1,5 mm):
 - a) 18 meses: Garantia de 100% da integridade da metragem aplicada.
 - b) 24 meses: Garantia de 80% da integridade da metragem aplicada.
- Termoplástico Extrudado (3,0 mm):
 - a) 24 meses: Garantia de 100% da integridade da metragem aplicada.
 - b) 36 meses: Garantia de 80% da integridade da metragem aplicada.
- Os serviços serão aceitos mediante verificação geométrica e de acabamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- Retrorrefletividade: Não poderá ser inferior a 100 mcd/lx.m² (NBR 14723) durante o prazo de garantia.
- Manutenção: Qualquer trecho com desgaste prematuro ou descamação superior a 5% da área deverá ser refeito pela contratada sem ônus para o Município, no prazo de 10 dias úteis.

1.11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição será por metro quadrado (m²) de área efetivamente sinalizada. O preço unitário inclui: materiais, logística reversa, mão de obra, sinalização tátil ("Siga e Pare"), encargos e BDI.

1.12. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Na aplicação desta especificação, deverão ser consultadas as versões mais recentes das seguintes normas:

ABNT NBR 16184: Sinalização horizontal viária — Termoplástico — Requisitos (Substitui as antigas NBR 13159 e NBR 15482).

ABNT NBR 6831: Sinalização horizontal viária — Microesferas de vidro — Requisitos.

ABNT NBR 14723: Sinalização horizontal viária — Avaliação da retrorrefletividade vertical e horizontal.

ABNT NBR 15402: Sinalização horizontal viária — Termoplástico — Procedimento para execução e avaliação.

ABNT NBR 15545: Sinalização horizontal viária — Termoplástico aplicado pelo processo de extrusão e aspersão — Métodos de ensaio.

ABNT NBR 7396: Sinalização horizontal viária — Terminologia.

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV (CONTRAN).

As normas citadas devem ser seguidas em suas edições vigentes, incluindo eventuais substituições ou atualizações supervenientes.

2. DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM TINTA À BASE DE METIL-METACRILATO MONOCOMPONENTE (TINTA FRIA)

2.1. OBJETIVO

Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para a execução de serviços de demarcação de pavimentos em vias urbanas com tinta à base de resina acrílica metil-metacrilato monocomponente, de secagem física, visando a sinalização horizontal do Município de Praia Grande.

2.2. CONDIÇÕES GERAIS

- a) A tinta deve ser utilizada em superfícies betuminosas (asfalto) ou de concreto de cimento Portland.
- b) A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas ou grumos que impeçam sua aplicação.
- c) A tinta deve permitir o rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada sobre a antiga, desde que esta esteja limpa e aderida.
- d) Condições de aplicação: temperatura do ar entre 5º e 40ºC; temperatura do pavimento entre 10º e 45ºC; umidade relativa do ar de, no máximo, 80%.
- e) A tinta deve possuir consistência para aplicação por máquinas autônomas sem a necessidade de aditivos. Admite-se a adição de, no máximo, 5% de solvente compatível para ajuste de viscosidade.
- f) A espessura da película úmida deve variar entre 0,4 mm e 0,6 mm.
- g) O tempo de liberação ao tráfego deve ser de, no máximo, 30 minutos em condições normais.
- h) A contratada é responsável pela logística reversa das embalagens e recipientes, devendo dar destinação final ambientalmente adequada conforme a Lei nº 12.305/2010.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

2.3. PRÉ-MARCAÇÃO E REMOÇÃO

Deverá ser efetuada a pré-marcação antes da implantação da sinalização definitiva para garantir o alinhamento e a geometria do projeto. Caso a sinalização existente não coincida com o novo projeto, a contratada deverá realizar a remoção da sinalização antiga por métodos aprovados pela SETRAN que não danifiquem a integridade do pavimento.

2.4. DISPONIBILIDADE E SEGURANÇA

Os serviços poderão ser executados nos períodos diurno, noturno, finais de semana e feriados, conforme determinação da SETRAN. A frente de trabalho só poderá ser iniciada após a instalação completa dos elementos de sinalização de segurança e proteção (cones, cavaletes e dispositivos luminosos), sem custos adicionais para o Município.

2.5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS (REQUISITOS TÉCNICOS)

Tabela I – Padrão de Cores (Referência Escala Munsell)

COR	NOTAÇÃO MUNSELL
Amarela	10 YR 7,5/14
Branca	N 9,5
Vermelha	7,5 R 4/14
Azul	5 PB 2/8
Preta	N 0,5

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

Tabela II – Requisitos Quantitativos e Métodos de Ensaio

ENSAIO	MÉTODO (Referência)	CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS
Consistência (UK)	NBR 15881	85 – 100
Estabilidade na Armazenagem (UK)	NBR 15881	Máximo 10 (variação)
Matéria não volátil (em massa)	NBR 15312	Mínimo 70%
Dióxido de Titânio (Cor Branca)	NBR 13090	Mínimo 16% no pigmento
Tempo de Secagem (No Pick-up)	NBR 15887	Máximo 15 minutos
Resistência à Abrasão (Branca)	NBR 12034	Mínimo 130 litros
Massa Específica (g/cm³)	NBR 5829	Mínimo 1,45
Sangramento (em asfalto)	NBR 12037	Ausência
Resistência ao Intemperismo (400h)	NBR 12040	Inalterada

Tabela III – Requisitos Qualitativos de Composição

CARACTERÍSTICA	EXIGÊNCIA
Breu e Derivados	Ausente
Resistência à Água	Inalterado



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

CARACTERÍSTICA	EXIGÊNCIA
Identificação da Resina	O espectrograma de infravermelho deve comprovar a presença de bandas de metil e butil metacrilato e ausência de estireno.

2.6. DURABILIDADE E GARANTIA

Considerando o volume de tráfego de até 10.000 veículos/faixa/dia, a durabilidade mínima da sinalização implantada deverá ser de:

- 9 meses para 100% da metragem aplicada;
- 12 meses para 80% da metragem aplicada;
- 15 meses para 60% da metragem aplicada.

2.7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços serão medidos por metro quadrado (m²) de área efetivamente executada. O preço unitário contratual inclui: fornecimento de materiais, perdas, transporte, mão de obra, encargos sociais, sinalização de segurança tátil, logística reversa e BDI.

3. PLÁSTICO À FRIO

3.1. DEFINIÇÃO

A aplicação de sinalização horizontal em plástico a frio visa a execução de demarcação viária por meio de marcas, símbolos e legendas sobre a superfície das vias urbanas, mediante a utilização de equipamentos, máquinas, ferramentas e gabaritos adequados, com fornecimento e aplicação de plástico a frio plano por extrusão, estrutura e aspersão.

3.2. NORMAS TÉCNICAS

Os materiais utilizados e as demarcações viárias deverão obedecer à Resolução CONTRAN nº 973/2022, bem como às Normas Técnicas elaboradas pela ABNT, em suas edições vigentes, a saber:

ABNT NBR 16184: Termoplástico – Requisitos;

ABNT NBR 6831: Microesferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio;

ABNT NBR 11862: Tinta à base de resina acrílica;

ABNT NBR 15405: Tintas – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;

ABNT NBR 5829: Determinação da massa específica;

ABNT NBR 7396: Material para sinalização – Terminologia;

ABNT NBR 15870: Plástico a frio à base de resinas metacrílicas reativas;

ABNT NBR 14723: Avaliação da retrorrefletividade vertical e horizontal;

3.3. ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

O plástico a frio é um material bicomponente à base de resina reativa metacrílica pura, cargas minerais, pigmentos, aditivos e microesferas de vidro. Os dois componentes misturados em proporções corretas, após a cura, devem formar um produto sólido, mantendo a espessura úmida igual à espessura seca.

A resina metacrílica (componente A) utilizada no plástico a frio deve ser 100% metacrílica reativa livre de solventes. Misturas com outras resinas, líquidos ou solventes não serão permitidas. O agente endurecedor (componente B) deve ser o peróxido de benzoíla em pó. Os componentes do plástico a frio devem se apresentar homogêneos, isentos de endurecimento ou grumos. No caso de leve sedimentação do material no recipiente, o material deve permitir uma perfeita homogeneização.

O plástico a frio deve assegurar qualidade e integridade de cor e ser inerte a intempéries, combustíveis e lubrificantes, além de ter boa característica de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento e produzir película seca fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil. Quando aplicado sobre a superfície betuminosa não deve apresentar sangria, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

Para aplicação manual, o agente endurecedor (componente B – pó) deve ser adicionado ao plástico a frio (componente A – líquido) sob agitação e homogeneizado mecanicamente com o auxílio de haste homogeneizadora acoplada em furadeira.

As microesferas de vidro tipo II-B, deverão ser aplicadas na proporção de 350g para cada m² (metro quadrado) de material aplicado. A distribuição de microesferas de vidro deverá ser uniforme, não sendo admissível o seu acúmulo em determinadas áreas aplicadas

3.3.1. Plástico a frio relevo antiderrapante – “Estrutura”.

Espessura seca: Variável de 0,1 a 5,0mm.

Equipamento (conforme ABNT NBR 15.870): De grande porte “Plastomaker Junior” ou “similar”, autopropelido de condução manual, com sistema rotativo de distribuição de material, com largura de faixa de 0,20 a 0,50m, com dispositivo de aspersão automática de esferas de vidro. De grande porte a aplicação mecânica com extrusora dispersora de 02 componentes, com 02 bombas dosadoras, variador proporcional de velocidade, misturadora com válvulas de limpeza, acoplamento pneumático com controle por obturador, painel de controle com sistemas operacionais computadorizados, com acionamentos operacionais de faixa de largura 0,15 / 0,20 e 0,30m, rotação ajustável infinita com leitor, grupo motor, compressor, bombas hidráulicas, tanques de tintas, de endurecedor e de microesfera de vidro. Aspersão automática de microesfera de vidro e de agregado antiderrapante (sistema simples ou duplo). Refletorização: dupla aspersão de microesfera de vidro tipo II-B e II-C conforme NBR 16.184.

3.3.2. Plástico a frio – “Extrudado”

Processo: Extrusão mecânica ou manual:

Espessura seca: De 2,00 mm.

Equipamento (conforme ABNT NBR 15.870): Na aplicação manual conforme processo adaptado, o plástico a frio pode ser aplicado manualmente sendo: rolo com aspersão manual de agregado antiderrapante com microesfera de vidro, sapata de arrasto com aspersão de microesfera de vidro com ou sem antiderrapante, através do aspergidor mecânico apropriado, nas larguras de faixa de 0,10m a 0,50m ou equipamentos próprios tipos “Plastomaker Special” ou similar com dispositivo de aspersão de microesfera de vidro com ou sem agregado antiderrapante na largura de faixa de 0,10m / 0,15m ou 0,20m. Na aplicação mecânica com extrusão de 02 componentes, sistema 98 + 2, bombas dosadoras, variador proporcional de velocidade, misturador com válvula de limpeza, acoplamento pneumático com ajustáveis para faixas de largura 0,10 / 0,20 e 0,30m.

Refletorização: dupla aspersão com microesfera de vidro tipo II – B e II-C conforme NBR 16.184

3.3.3. Plástico a frio tipo “Spray”



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

Processo: Aspersão mecânica ou manual: Aplicação de tinta bi componente plástica a frio a base de resina metilmeacrilato aplicada por aspersão sistema 1:1 ou sistema 98:2 em 02 demãos de 0,5mm ou uma demão de 1,0 mm cada com incorporação de retrorização com microesfera de vidros tratadas com memosilanos compatíveis com a espessura da camada.

Espessura seca: De 0,4 a 1,20mm.

Equipamento (conforme ABNT NBR 15.870): Tipo "Air Less", bicomponente, sistema 1:1 ou sistema 98:2, com controle automático computadorizado com 02 reservatórios de aço inox independentes e de igual capacidade para os componentes A e B, acionamento hidráulico, sendo controle programável. 'Na aplicação mecânica com bloco receptor de válvulas unidirecionais, tubo misturador e bico pulverizador com limpeza por descarga de solvente; 'Na aplicação manual com pistola de 02 leques independentes, com mistura externa dos 02 componentes. 'Refletorização: Dupla aspersão de microesfera de vidro tipo II-B e II-C, conforme NBR 16.184 com tratamento de metacriloxipropil-trietoxi-silano ou "similar" não siliconizada, ou ainda sem tratamento com ou sem agregado antiderrapante. 'Na solução "Big Beads" com aspersão de esferas de vidro de grande diâmetro para sinalização de relevo própria para refletorização sob chuva ou neblina.

3.3.4. CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

Para fins de controle de qualidade, antes de iniciar a prestação do serviço e a cada novo lote inserido na frente de trabalho, a prestadora de serviços deverá apresentar laudo técnico de análise dos materiais, que deverão ser certificados por laboratório especializado e creditado junto ao INMETRO conforme norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 ou norma mais recente em vigor. Os lotes analisados deverão possuir certificação que satisfaça às exigências das Normas ABNT respectivas a cada tipo de material previsto para a execução do objeto.

3.3.5. CORES

Os materiais utilizados deverão seguir a tabela referente ao padrão Munsell Highway e o respectivo código de cada cor, nos termos adiante:

Cor da Tinta	Código	Padrão
Branca	N 9,5	Munsell Highway
Amarela	10 YR 7,5/14	Munsell Highway
Preta	N 0,5	Munsell Highway
Vermelha	7,5 R 4/14	Munsell Highway
Azul	5PB 2/8	Munsell Highway

3.3.6. ELEMENTOS RETRORREFLETIVOS

Sinalização retrorrefletiva consiste na adição de microesferas de vidro na tinta a ser utilizada para implantação da sinalização horizontal, atuando como lentes para coletar e concentrar a luz emitida pelo farol do veículo e devolvê-lo aos olhos do motorista, tornando a sinalização mais visível à noite. Deverão ser utilizadas as microesferas de vidro seguintes:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- Tipo I-B: àquelas incorporadas à tinta e que podem ser incorporadas ao plástico a frio conforme recomendação do fabricante, antes de sua aplicação, de modo que permaneçam internas à película aplicada, permitindo a retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando se tornam expostas;
- Tipo II-B: àquelas aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou plástico a frio, por aspersão ou extrusão, de modo que permaneçam na superfície da película aplicada, permitindo sua imediata retrorrefletorização, sendo que para este tipo de microesfera haverá, obrigatoriamente, o tratamento de silano.

3.3.7. EQUIPE DE TRABALHO

A equipe de trabalho deverá ser composta de no mínimo 05 (cinco) funcionários, sendo pelo menos 01 (um) pintor e 01 (um) pré-marcador.

A contratada deverá obedecer às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho para esse tipo de atividade, fornecendo aos seus empregados todos os Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC), bem como toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços de demarcação viária e remoção por fresagem.

Os funcionários da contratada deverão se apresentar nos locais de trabalho, devidamente identificados com crachás contendo o nome do portador e a identificação da empresa, bem como utilizar uniforme de alta visibilidade no trânsito, Classe 2, de acordo com a norma vigente.

Toda equipe de aplicação deverá ter no mínimo um profissional que tenha curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP).

3.3.8. VEÍCULOS

Os veículos utilizados pela contratada deverão estar identificados, nas laterais e na traseira, com o “nome da empresa” e a inscrição “A SERVIÇO DO MUNICIPIO DA PRAIA GRANDE” em adesivo imantado com fundo na cor branca e letras na cor preta, medindo 30cm x 40cm. O material utilizado para esta identificação deverá ser, sempre, retirado após a realização dos serviços.

A contratada deverá equipar os veículos utilizados para a realização do serviço, com extintores e outros equipamentos apropriados para combate a incêndios ou situações de risco.

Em atendimento ao disposto na Resolução CONTRAN 970/2022 (ou a que vier a substituí-la), todos os veículos prestadores de serviços de utilidade pública destinados à sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito, devem estar identificados pela instalação de dispositivo, não removível, de iluminação intermitente ou rotativa, na cor amarelo-âmbar.

3.3.9. SEGURANÇA

Todos os serviços de execução de sinalização horizontal somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes, dispositivos refletivos, dispositivos piscantes e sinalização noturna, quando necessário), de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume VII – Sinalização temporária, e conforme NR 18 do Ministério do Trabalho. Todos os dispositivos, de sinalização de segurança, utilizados na frente de trabalho deverão estar sempre limpos e em bom estado de conservação.

3.3.10. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.10.1. Programação de Trabalho: Os horários e de execução dos serviços e o esquema de trabalho adotado, serão fixados de acordo com as necessidades e demandas da contratante, visando minimizar os transtornos na operação viária e atender as solicitações emergenciais quando necessárias.

Os serviços de demarcação viária deverão obedecer aos seguintes critérios de execução:

- Temperatura ambiente entre 5° e 40°C;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- Umidade relativa do ar até 90%;
- Temperatura do pavimento superior a 3°C do ponto do orvalho;
- Não tenha ocorrido chuva 2 (duas) horas antes da aplicação;
- Sem a apresentação do substrato (pavimento) úmido;
- Com a liberação da via no máximo em 20 (vinte) minutos após a aplicação.

3.3.10.2. Preparação do Pavimento: A superfície a ser demarcada deve se apresentar seca, isenta de impurezas como areia, terra, graxa, óleo ou qualquer outro material estranho que possa prejudicar a aderência dos materiais ao pavimento. Quando a varrição não for suficiente para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido. As sinalizações existentes no trecho a ser demarcado devem ser removidas ou recobertas, não deixando quaisquer marcas ou falhas que possam prejudicar a nova sinalização.

3.3.10.3. Pré marcação: Deverá ser feita com pedra de giz e cordão de algodão impregnado de pó de giz. Sempre deverá ser executada de acordo com as cotas e dimensões do projeto para garantir o perfeito alinhamento e a excelente configuração geométrica da sinalização horizontal. A demarcação sobre a sinalização existente será permitida quando a superfície a ser sinalizada apresente marcas que possam servir de guias sem comprometer o projeto.

3.3.10.4. Equipamentos: Os equipamentos necessários à aplicação de plástico a frio extrusão, estrutura e aspersão, devem atender a norma ABNT NBR vigente.

3.3.10.5. Retrorefletividade: O retrorefletômetro, equipamento de medição do índice de retrorefletividade de demarcação viária, deverá ser disponibilizado pela contratada. A mesma deverá apresentar cópia autenticada do laudo de calibração, do equipamento, emitido pelo INMETRO, bem como suas respectivas renovações durante a vigência da Ata de Registro de Preços. A contratada deverá proceder com a medição diária do índice de retrorefletância inicial de acordo com a norma vigente. Os índices apurados, por local de implantação, deverão ser discriminados no relatório diário de atividades e caso não atendam os valores mínimos de retrorefletividade, o serviço será rejeitado pelos Fiscais e, consequentemente, refeito pela Contratada.

3.3.10.6. Medição: As medições serão consideradas para pagamento a partir da área efetivamente demarcada em m² (metro quadrado).

3.3.10.7. Controle: Ao término dos trabalhos, a prestadora de serviços deve disponibilizar imediatamente:

- Relatório digital e/ou impresso dos serviços executados com o número do projeto, o nome da via ou intersecção, o tipo de sinalização implantada, o material e/ou serviço utilizado, as quantidades em metros lineares e metros quadrados (m²), as condições de aplicação (temperatura ambiente, umidade relativa do ar e ponto de orvalho), o tipo de asfalto, a data, o horário de início e término dos trabalhos, os nomes e funções dos membros da equipe, os dados do veículo (tipo, modelo e placa), a assinatura do encarregado responsável e as observações referentes à realização ao trabalho, quando necessário, de acordo com o item 7 do 1º Apêndice do Anexo I – Especificações Técnicas.
- Relatório fotográfico digital e/ou impresso com as fotos georreferenciadas da sinalização, antes e após a execução. Este relatório deve conter o número do projeto, o nome da via ou intersecção, a data, o horário, o CEP e as coordenadas de latitude e longitude, de acordo com o item 7 do 1º Apêndice do Anexo I – Especificações Técnicas.

3.3.10.8. NORMAS GERAIS

Após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a contratada dias, exceto nos casos de intempéries ou condições desfavoráveis de trabalho, onde comprovadamente e a critério da contratante impeçam a execução dos serviços. Nestes casos, o fato deverá ser comunicado formalmente à Contratante, expondo as razões do atraso na execução dos trabalhos. Ficará a critério desta, o aceite ou não das alegações apresentadas. No caso da não aceitação a contratada deverá realizar o serviço de pronto. A equipe de trabalho



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

deverá estar munida de todos os equipamentos e materiais necessários para a realização dos serviços de demarcação viária simultaneamente, ou seja, implantação de sinalização horizontal em plástico a frio por extrusão ou aspersão. A contratada deverá utilizar equipamentos apropriados e em quantidade suficiente para a execução do serviço. Não serão admitidas justificativas para o caso de atraso na execução dos serviços baseada em quebra ou falha de equipamentos. A avaliação da qualidade do serviço será realizada pelos fiscais por meio de inspeções a serem realizadas em bairros ou áreas definidas pela contratante em época ou periodicidade a seu exclusivo critério. Quando da inspeção, os resultados apurados na avaliação serão objeto de um relatório, onde serão registradas as ocorrências e/ou não conformidades.

3.3.10.9. GARANTIA

A durabilidade da sinalização horizontal implantada deverá ser de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da execução do serviço (plástico a frio). Será exigida garantia do serviço executado, quanto à falta de aderência, baixo poder de cobertura, alteração na integridade da pintura por falhas de aplicação, desprendimento do pavimento, deslizamento, retrorrefletância mínima, desgaste prematuro, alteração da cor e outras características técnicas adversas às normas exigidas.

Todos os serviços serão inspecionados pela equipe de fiscais e caso seja verificado que a sinalização implantada não atende aos requisitos técnicos exigidos, a contratada deverá refazê-los, sem ônus adicional, em até 24h, a contar da notificação emitida pela contratante.

4. REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

Os serviços de retirada por meio de microfresagem visam a remoção da sinalização horizontal viária existente em plástico a frio, laminado elastoplástico, termoplástico aplicado a quente e tintas à base de resinas acrílicas, devendo manter íntegro e sem desagregação o pavimento da via onde for realizado. A remoção da sinalização deverá ser uniforme, não podendo deixar degrau no pavimento. Na ocorrência da desagregação excessiva do pavimento, a contratada deverá recompor o pavimento na via, sem qualquer ônus adicional à contratante.

Entende-se por fresagem, qualquer equipamento que frese ou desbaste a tinta e com dispositivo de regulação.

Os serviços executados serão medidos e a obtenção das quantidades executadas através da Autorização de Fornecimento. Será calculada tomando se por base as áreas de pintura efetivamente retiradas.

Ficarão sob a responsabilidade da contratada, o armazenamento dos resíduos provenientes da execução do serviço e o descarte destes, obedecendo a legislação vigente que estabelece critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, prescrita pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

5. DISPOSITIVOS AUXILIARES DE SINALIZAÇÃO (TACHAS E TACHÕES)

5.1. DEFINIÇÃO

Os dispositivos auxiliares (Tachas e Tachões) são elementos fixados ao pavimento com o objetivo de reforçar a sinalização horizontal, canalizar o tráfego, delimitar trechos de restrição e proporcionar melhor visibilidade noturna e sob chuva.

- Monodirecional: Com elemento refletivo em apenas uma das faces, para fluxos de sentido único.
- Bidirecional: Com elementos refletivos em ambas as faces, para fluxos de sentidos opostos.

5.2. NORMAS TÉCNICA E REFERÊNCIAS

Toda a fabricação e instalação deve obedecer rigorosamente às normas:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- Resolução CONTRAN nº 973/2022: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume VI (Dispositivos Auxiliares);
- ABNT NBR 14636: Sinalização horizontal viária — Tachas refletivas viárias;
- ABNT NBR 15576: Sinalização horizontal viária — Tachões refletivos viários;
- ASTM D 4280: Standard Specification for Extended Life Type, Nonplowable, Prismatic, Retroreflective Raised Pavement Markers.

5.3. TACHAS REFLETIVAS (MONO E BIDIRECIONAL)

Deverão atender à NBR 14636 (Tipo II):

- Dimensões do Corpo: 100 x 100 x 20 mm (tolerância de ± 5 mm na largura/comprimento e ± 2 mm na altura).
- Material: Plástico de engenharia de alta resistência (ABS ou Policarbonato) ou resina sintética de alto impacto.
- Pino de Fixação: 01 (um) pino central em aço carbono galvanizado, diâmetro de 5/16" ou 3/8" e comprimento de 50 mm, com rosca completa.
- Catadióptrico: Elemento prismático com camada antiabrasiva, nas cores branca ou amarela (conforme a sinalização horizontal).
- Resistência: Suporte de carga mínima de 15.000 kgf.

5.4. TACHÕES REFLETIVOS (MONO E BIDIRECIONAL)

Deverão atender à NBR 15576:

- Dimensões do Corpo: 250 x 150 x 50 mm (tolerância de ± 5 mm na largura/comprimento e ± 2 mm na altura).
- Material: Composto organo-inorgânico à base de resinas sintéticas e minerais. Cor amarela indelével (Código Munsell Highway 10 YR 7,5/14).
- Pinos de Fixação: 02 (dois) pinos em aço carbono (1010/1020), diâmetro de 1/2" (12,7 mm) e comprimento livre de 50 mm, com superfície rosqueada.
- Catadióptrico: Prismas de alto rendimento óptico, embutidos no corpo da peça.
- Retro-refletância mínima: 280 mcd.lx⁻¹ (Branco) e 167 mcd.lx⁻¹ (Amarelo).
- Resistência: Suporte de carga mínima de 15.000 kgf.

5.5. PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO (IMPLANTAÇÃO E REMOÇÃO)

- a) **Locação:** Deve seguir rigorosamente o projeto fornecido pela autoridade de trânsito, garantindo o alinhamento e o espaçamento sequencial.
- b) **Preparação:** O pavimento deve ser limpo e seco. A furação deve ser feita com martelete perfurador, com profundidade e diâmetro compatíveis com os pinos.
- c) **Fixação:** Utilizar adesivo estrutural bicomponente (epóxi ou poliéster). O adesivo deve preencher totalmente o furo e as cavidades inferiores da peça, garantindo a ancoragem química e mecânica.
- d) **Remoção:** Utilizar alavancas de modo alternado em extremidades opostas para minimizar danos ao asfalto. Pinos remanescentes devem ser extraídos ou rebaixados, e o orifício deve ser selado com resina ou massa asfáltica.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5.6. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A execução dos serviços deve observar:

- Sinalização de Obra: Instalação obrigatória de cones, balizadores e placas conforme o Volume VII do MBST (Sinalização Temporária) da Resolução 973/2022.
- EPIs: Uso obrigatório de vestimentas de alta visibilidade (Classe 2 - NBR ISO 20471) e demais equipamentos previstos na NR 18 e NR 1 (PGR).

5.7. GARANTIA E REPOSIÇÃO

- Prazo: 24 (vinte e quatro) meses contra quebras, soltura ou perda excessiva de retrorrefletividade.
- Reposição: Em caso de defeitos de fabricação ou falha na instalação, a contratada deve repor as peças em até 07 (sete) dias úteis após notificação, sem ônus para o município.

5.8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços serão medidos por Unidade (un) efetivamente instalada e aprovada pela fiscalização. O preço unitário engloba: fornecimento dos dispositivos, pinos, adesivo, mão de obra, sinalização de segurança, transporte e encargos sociais.

6. SINALIZAÇÃO TÁTIL VISUAL

6.1. DEFINIÇÃO

A sinalização tátil consiste na aplicação de relevos sobre o piso, destinados a fornecer informações que permitam à pessoa com deficiência visual ou baixa visão a autogestão e segurança em seus deslocamentos. O sistema utiliza plástico a frio bicomponente à base de resina reativa de metilmetacrilato (MMA).

- Piso de Alerta: Conjunto de relevos troncocônicos para indicar obstáculos, perigos ou mudanças de direção (conhecido como "piso de bolinha").
- Piso Direcional: Conjunto de relevos lineares para indicar o caminho a ser percorrido.

6.2. NORMAS TÉCNICA DE REFERÊNCIA

- ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.

6.3. CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL

- Composição: Plástico a frio bicomponente à base de resina de metilmetacrilato (MMA).
- Propriedades: Alta durabilidade, resistência ao desgaste por tráfego intenso, antiderrapante e resistente a intempéries e raios UV.
- Cores: Devem possuir contraste visual (luminância) em relação ao piso adjacente. As cores padrão são Amarelo ou Preto (conforme projeto).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

6.4. DIMENSÕES DOS RELEVOS (CONFORME NBR 9050)

A. Piso Tátil Direcional (Linhas):

- Largura da base do relevo: 35 mm a 40 mm.
- Altura do relevo: 3,0 mm a 5,0 mm.
- Distância entre centros: Largura da base + 10 mm.

B. Piso Tátil de Alerta (Cones):

- Diâmetro da base do relevo: 20 mm a 30 mm.
- Altura do relevo: 3,0 mm a 5,0 mm.
- Distância entre centros (Eixo a Eixo): 50 mm.

6.5. PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO

- a) Limpeza do Substrato: A superfície deve estar totalmente limpa, seca e isenta de óleos ou partículas soltas.
- b) Mascaramento/Gabarito: Utilização de máscaras adesivas ou gabaritos metálicos para garantir o alinhamento perfeito e o desenho preciso dos relevos.
- c) Mistura e Aplicação: O material (Plástico a Frio) deve ser homogeneizado com o agente endurecedor (peróxido) e aplicado manualmente com espátulas ou rolos sobre o gabarito.
- d) Cura: O tempo de secagem para liberação ao tráfego de pedestres deve ser de, no máximo, 20 a 30 minutos (dependendo da temperatura ambiente).

6.6. GARANTIA

A contratada deverá oferecer garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses contra descolamento dos relevos, perda de cor (desbotamento) ou desgaste excessivo que comprometa a percepção tátil ou o contraste visual.

6.7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Piso Direcional: Medido por Metro Linear (m) aplicado.
- Piso de Alerta: Medido por Metro Linear (m) aplicada, conforme itens da planilha orçamentária.
- Nota: O preço unitário inclui: fornecimento de resina MMA, endurecedor, gabaritos, mão de obra especializada, limpeza e sinalização de segurança durante a execução.

7. MÓDULO DE GESTÃO, CAPTURA E REGISTRO DIGITAL DE DADOS VIÁRIOS

7.1. DEFINIÇÃO E ESCOPO

A contratada deverá disponibilizar sistema de monitoramento móvel georreferenciado, operado a partir de veículo automotor, para levantamento, registro e gerenciamento da sinalização viária e condições do pavimento no município de Praia Grande. O sistema deve permitir a integração total entre a coleta de dados em campo e uma central de gerenciamento via plataforma Web.

7.2. REQUISITOS TÉCNICOS DO EQUIPAMENTO (MÓDULO MÓVEL)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

O levantamento será do tipo móvel, devendo o veículo estar equipado com:

- Captura de Imagens: Mínimo de 06 (seis) câmeras digitais de alta resolução:
- 02 Câmeras Panorâmicas: Captura de vídeo de contexto (03s antes e 03s após cada evento);
- 02 Câmeras Dianteiras e 02 Traseiras: Foco específico nos dispositivos de sinalização e ocorrências viárias.
- Interface de Campo: Terminal tipo tablet ou similar para o operador, com interface gráfica para sinalização de eventos (buracos, placas deficientes, lombadas, estado da sinalização vertical/horizontal).
- Conectividade: Transmissão em tempo real via 4G, 5G ou Wi-Fi, com armazenamento offline e sincronização automática em áreas de sombra de sinal.
- Segurança e Chat: O terminal deve ser bloqueado para uso de internet externa e possuir módulo de comunicação direta (texto/vídeo) com a Central de Fiscalização.

7.3. GESTÃO WEB E INTELIGÊNCIA DE DADOS

A plataforma de gerenciamento deverá permitir:

- Mapa Interativo: Visualização georreferenciada de todos os eventos com filtros por status (Recebido, Aberto, Em Execução, Fechado).
- Análise de Pavimento: Avaliação automática via sensores de inclinação e acelerômetros, classificando o asfalto como BOM, RUIM ou PÉSSIMO, gerando indicadores para planejamento de manutenção.
- Portal do Município: Link público para registro de ocorrências via smartphone, com captura automática de coordenadas GPS para triagem e geração de Ordens de Serviço.

7.4. RELATÓRIOS E INVENTÁRIO

Geração de relatórios automáticos de:

- Rondas e Itinerários: Por veículo, endereço e data;
- Inventário de Componentes: Controle de solicitações e reposições de placas e materiais;
- Gestão de Ocorrências: Controle de chamados abertos, atendidos e produtividade dos operadores.

7.5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A adoção deste módulo é indispensável para a execução do contrato, fundamentando-se nos seguintes pilares:

Eficiência e Economicidade (Art. 37, CF/88): A automação do levantamento reduz custos operacionais e o tempo de resposta da administração, garantindo que a aplicação de recursos públicos ocorra de forma otimizada e precisa.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

Transparência e Controle Social (Lei 12.527/2011): O sistema viabiliza o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, permitindo que a população atue como agente fiscalizador através da plataforma de integração.

Poder de Fiscalização e Prova Técnica (Lei 14.133/2021): O registro audiovisual georreferenciado (fotos e vídeos de contexto) constitui prova técnica irrefutável para a fiscalização, eliminando subjetividades nos boletins de medição e garantindo que o pagamento ocorra estritamente por serviços comprovadamente realizados.

Segurança Viária e Planejamento (Data-Driven): Os indicadores automáticos de qualidade das vias permitem um planejamento técnico e imparcial das prioridades de recapeamento e sinalização, aumentando a segurança dos usuários da malha viária municipal.

Observação: A empresa proponente deverá apresentar em sua proposta a memória descritiva detalhada da tecnologia ofertada, comprovando o atendimento integral de todos os requisitos de hardware e software acima listados.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

2º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais

1. Planilha

ITEM	OBJETO	CATSERV	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL MÉDIO
1	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, processo de aspersão Hot-Spray na cor amarela/branca. Conforme Especificação	2836	m ²	6100	149,13	909.693,00
2	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, Extrudado na cor amarela/branca. Conforme Especificação	2836	m ²	10000	206,92	2.069.200,00
3	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, tinta fria a base de metil-metacrilato monocomponente na cor amarela/branca/vermelha/preta/azul .	2836	m ²	30030	58,70	1.762.761,00
4	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por dispersão – relevo estrutura , com espessura variável de a,1 a 5 mm. Conforme especificação.	2836	m ²	2000	160,24	320.480,00
5	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por extrusão, retro refletorizado e antiderrapante com espessura mínima de 2,0mm (Extrudado). Conforme especificação.	2836	m ²	2500	283,63	709.075,00



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

ITEM	OBJETO	CATSERV	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL MÉDIO
6	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com material bi componente plástico a frio, pelo método de aplicação spray dupla aspersão com agregado antiderrapante com espessura de 1,0mm.(aspersão) Conforme especificação.	2836	m²	2030	167,69	340.410,70
7	Remoção de sinalização horizontal por processo microfresagem, sem desagregação do pavimento.	2836	m²	900	152,66	137.394,00
8	Fornecimento e implantação de tachão bidirecional com refletivo amarelo. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	2836	Un.	920	76,52	70.398,40
9	Fornecimento e implantação de tachão monodirecional com refletivo branco. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	2836	Un.	510	73,05	37.255,50
10	Fornecimento e implantação de tacha bidirecional amarela. Conforme especificações.	2836	Un.	6010	38,26	229.942,60
11	Fornecimento e implantação de tacha monodirecional branca. Conforme especificações.	2836	Un.	14010	35,63	499.176,30
12	Serviço de Aplicação mecânico de piso tátil direcional em relevo com plástico a frio considerando largura total da faixa de 0,25m.	2836	m	600	315,00	189.000,00
13	Serviço de aplicação de piso tátil de alerta em placas pré-formadas em relevo com plástico a frio, adesivadas ao pavimento com cola a base de metilmetacrilato, considerando placas quadradas com largura de 0,25m, que podem ser cortadas conforme a necessidade geométrica da marcação de alerta	2836	m	200	353,75	70.750,00
						7.345.536,50



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

3º Apêndice do Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E ÔNUS DA EXECUÇÃO

À

Prefeitura Municipal de Praia Grande
Secretaria Municipal de Trânsito – SETRAN

Ref.: Pregão Eletrônico nº [INSERIR NÚMERO]

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de sinalização horizontal (fornecimento e aplicação) no município de Praia Grande/SP.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). [NOME DO REPRESENTANTE], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [NÚMERO] e inscrito(a) no CPF sob o nº [NÚMERO], DECLARA, sob as penas da lei e para os fins de qualificação técnica no certame em epígrafe, que:

CIÊNCIA DA MALHA VIÁRIA: Tomou pleno conhecimento das condições locais e da natureza dos serviços, estando ciente de que as intervenções ocorrerão em toda a extensão da malha viária urbana de Praia Grande e em seus próprios municipais (incluindo Palácio das Artes e Kartódromo), não cabendo qualquer alegação de desconhecimento geográfico ou logística dificultosa para o fiel cumprimento das Autorizações de Fornecimento.

REGIME DE HORÁRIOS: Está ciente e concorda que a execução dos serviços deverá ocorrer, obrigatoriamente, em períodos noturnos, finais de semana e feriados sempre que assim determinado pela fiscalização da SETRAN, em razão do fluxo de veículos ou conveniência da Administração.

SUPORTE E SEGURANÇA: Responsabiliza-se pela disponibilização de equipe para operação de "Siga e Pare" e sinalização táctica/luminosa de segurança em todas as frentes de trabalho, sem custos adicionais para o Município.

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS: Declara que todos os custos diretos e indiretos, incluindo, mas não se limitando a: deslocamentos, combustível, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, iluminação auxiliar e logística especial, estão integralmente computados nos preços unitários ofertados, renunciando expressamente a qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro sob tais pretextos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

EQUIPAMENTOS: Dispõe de aparelhamento técnico e maquinário (autopropelido e manual) compatível com o objeto e em quantidade suficiente para suprir a demanda estimada no Termo de Referência.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de 202X.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO]

[NOME DA EMPRESA/CARIMBO DO CNPJ]



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

4º Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para execução de serviços de sinalização horizontal (fornecimento e aplicação), visando atender às necessidades do Município de Praia Grande/SP.

REQUISITANTE: Secretaria de Trânsito - SETRAN
Secretaria de Cultura e Turismo - SECTUR

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade desta contratação fundamenta-se no expressivo aumento da demanda por intervenções viárias e na limitação da capacidade operacional instalada na Secretaria de Trânsito (SETRAN). A Divisão de Planejamento e Engenharia de Tráfego gerencia um fluxo contínuo de solicitações provenientes de diversos canais, como Ouvidoria Municipal, e-mails e protocolos administrativos, que exigem respostas ágeis para a garantia da segurança viária em todo o município.

Análises estatísticas realizadas pela Divisão demonstram que, no ano de 2023, foram registradas e executadas 2.354 Ordens de Serviço (OS) de sinalização viária. Em 2024, esse volume saltou para 2.597 OS, o que representa um crescimento de aproximadamente 10,33% na demanda por serviços de implantação, revitalização, remoção e manutenção da sinalização.

Em contrapartida ao aumento da demanda, houve uma retração no quadro de pessoal. Enquanto em 2023 a equipe era composta por 17 servidores, o efetivo atual conta com apenas 12 servidores ativos para o atendimento de toda a malha viária. Embora tenha ocorrido uma ligeira recomposição em relação ao período mais crítico, o déficit de pessoal em comparação ao pico de produtividade de 2023 permanece evidente, sobrecarregando a equipe e exigindo o uso recorrente de horas extraordinárias para evitar a descontinuidade dos serviços essenciais. Este cenário é agravado por limitações logísticas, especificamente a disponibilidade de apenas uma máquina de pintura para a aplicação de sinalização horizontal, o que impede a atuação em múltiplas frentes de trabalho simultâneas.

Somado a esses fatores, a adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir a melhor demarcação visual dos estacionamento do PDA (Palácio das Artes) e, caso haja necessidade, do Kartódromo, promovendo a organização do fluxo de veículos e pedestres. A medida visa reforçar a segurança dos usuários, reduzindo riscos de acidentes, conflitos de circulação e ocupação irregular de vagas, especialmente em áreas de grande circulação e uso público.

Destaca-se, ainda, a importância da adequação às normas de acessibilidade, em atendimento à solicitação e adequação constante no OF SEDI nº 61/2025. A contratação garantirá a correta demarcação de vagas reservadas, áreas de circulação acessível e sinalização adequada às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assegurando o cumprimento pleno da legislação vigente.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada para a execução de serviços e fornecimento de materiais é a medida técnica mais viável para suprir a lacuna operacional e garantir a continuidade das atividades. Esta estratégia assegura que a sinalização horizontal, essencial para a redução de acidentes e fluidez do trânsito, seja mantida em padrões técnicos rigorosos, permitindo que a equipe interna foque em demandas pontuais enquanto a contratada executa projetos de maior escala, extensão e relevância social para o Município.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de contratação Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento disponível no link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

A empresa contratada deve possuir experiência comprovada e especialização em serviços de sinalização viária horizontal, demonstrando capacidade técnica e operacional para executar o objeto conforme as normas e especificações vigentes. Para tanto, é indispensável que a licitante esteja devidamente registrada nos órgãos reguladores e possua todas as licenças e certificações exigidas, incluindo o registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). A equipe técnica deverá contar obrigatoriamente com um Engenheiro Civil registrado, que apresente Certidão de Acervo Técnico (CAT) comprovando experiência em serviços similares, além de fornecer referências que atestem a qualidade e eficiência de trabalhos anteriores.

A contratada deve dispor de recursos, equipamentos modernos e tecnologia apropriada para realizar a sinalização de forma segura e eficiente, abrangendo a pintura de faixas de pedestres, linhas de centro e de bordo, sinalização de pavimentos, meios-fios, estacionamentos e serviços correlatos. É responsabilidade da empresa garantir que as atividades ocorram nos locais indicados com a mínima interrupção possível ao tráfego local, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos.

No que tange aos materiais e padrões técnicos, todos os insumos utilizados devem ser de alta qualidade e estar em total conformidade com a legislação vigente e as normas da ABNT, bem como com as determinações dos órgãos que regulamentam e fiscalizam o setor. A empresa deve garantir que os materiais mantenham as características originais do fabricante, sendo expressamente proibida a utilização de produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou alterados. Além disso, deverá ser oferecida garantia técnica para os serviços prestados, assegurando a durabilidade e a manutenção das sinalizações contra desgastes prematuros.

Por fim, a licitante assume integral responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, devendo apresentar uma proposta financeira clara, detalhada e com a melhor relação custo-benefício. A empresa compromete-se a cumprir todas as obrigações do Edital e seus anexos, observando rigorosamente as normas de segurança do trabalho previstas na Lei nº 6.514/77 e nas Normas Regulamentadoras (NR) da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego. Todos os serviços devem ser realizados em absoluta conformidade com as regulamentações de trânsito e segurança vigentes, garantindo a perfeita execução do objeto contratado.

A presente contratação não é classificada estritamente como um serviço de caráter continuado nos moldes administrativos tradicionais; todavia, sua execução reveste-se de natureza indispensável e recorrente para a Administração Pública. A justificativa para tal necessidade reside no estrito cumprimento das diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que impõe ao órgão com circunscrição sobre a via o dever de mantê-la devidamente sinalizada para garantir a segurança dos usuários. Portanto, embora a execução ocorra de forma sob demanda, a disponibilidade do contrato é vital para a preservação da vida e a prevenção de acidentes, uma vez que a ausência de sinalização horizontal adequada compromete diretamente a mobilidade urbana e a integridade física de pedestres e condutores.

A Ata terá vigência inicial de 12 (doze) meses, período que se mostra adequado para o planejamento orçamentário e para o acompanhamento da performance técnica da empresa vencedora. Admite-se a possibilidade de prorrogação por igual período, desde que haja interesse público e que os quantitativos previstos na ata de registro de preços sejam renovados, retornando ao montante inicial. Essa estratégia visa garantir que a Secretaria de Trânsito possua lastro contratual suficiente para atender às demandas crescentes da malha viária sem interrupções operacionais, permitindo uma gestão eficiente dos insumos e das equipes de aplicação ao longo de todo o exercício.

Registra-se a existência de contratação anterior com objeto idêntico, formalizada por meio do Processo Administrativo nº 12.341/2017, relativo ao Registro de Preços de material de sinalização horizontal com fornecimento e aplicação. A referência a este histórico é fundamental para evidenciar a experiência prévia da Secretaria com este modelo de contratação, validando a eficácia da solução que integra o fornecimento do material à sua respectiva aplicação técnica. O encerramento do ciclo anterior e o aumento da demanda identificado nos últimos anos justificam a abertura deste novo certame, garantindo a atualização dos valores de mercado e a continuidade do atendimento às metas de segurança viária do Município.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



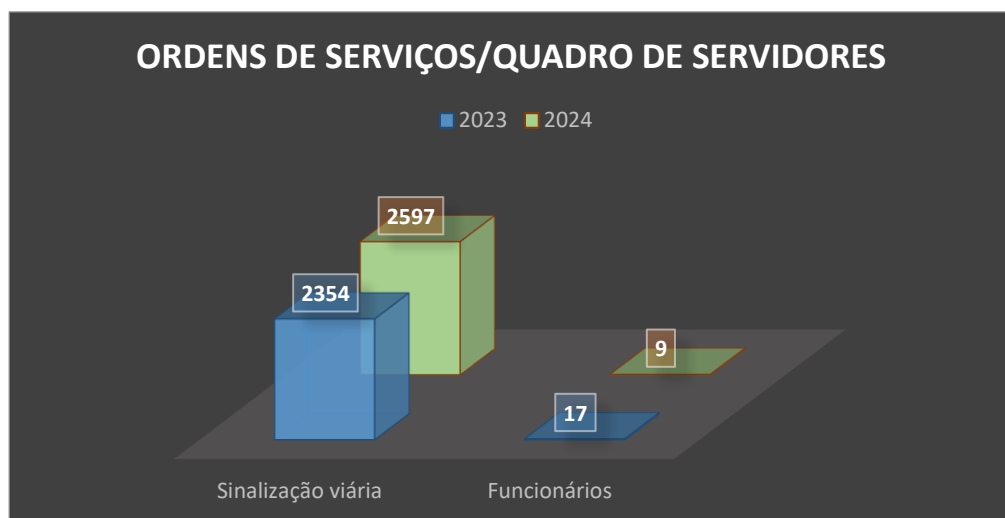
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

A definição dos quantitativos estimados para a presente contratação resulta da consolidação das necessidades técnicas e operacionais da Secretaria de Trânsito (SETRAN) e da Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR). O dimensionamento baseia-se no histórico de consumo de registros de preços anteriores, na análise da demanda institucional vigente e nas projeções de manutenção de espaços públicos específicos.

Pela Secretaria de Trânsito, observou-se um incremento de aproximadamente 10,33% na demanda por serviços de sinalização viária entre os anos de 2023 e 2024. Em contrapartida a esse crescimento, houve uma redução de 47% no quadro de pessoal operacional interno, o que torna a execução direta insuficiente para a malha viária municipal. Assim, as quantidades projetadas visam assegurar o pleno atendimento das necessidades imediatas e futuras, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de segurança viária.



Complementarmente, os quantitativos contemplam as demandas da Secretaria de Cultura e Turismo, elaborados de forma estimativa e conservadora. O foco reside na organização e segurança de áreas de grande circulação, como os estacionamentos do Palácio das Artes (PDA) e, conforme a necessidade, do Kartódromo, além de intervenções pontuais para correções de desgaste e readequações operacionais.

No que tange à acessibilidade, a estimativa prioriza locais de elevada afluência de público, tais como Praças Públicas, Espaços Kids e o Portinho. Para esses locais, previu-se a instalação de piso tátil em áreas de acesso, transição e alerta, utilizando elementos de sinalização de 0,25 m x 0,25 m, adequáveis à geometria de cada espaço.

Dessa forma, a somatória das quantidades detalhadas na planilha anexa reflete o compromisso com a eficiência administrativa e o cumprimento das normas de segurança e acessibilidade, permitindo que o município mantenha sua infraestrutura urbana e turística em condições ideais de uso para a população fixa e flutuante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	SECRETARIAS		QUANTIDADE TOTAL
			SETRAN	SECTUR	
1	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, processo de aspersão Hot-Spray na cor amarela/branca. Conforme Especificação	m²	6000	100	6100
2	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, Extrudado na cor amarela/branca. Conforme Especificação	m²	10000	-	10000
3	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, tinta fria a base de metil-metacrilato monocomponente na cor amarela/branca/vermelha/preta/azul.	m²	30000	30	30030
4	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por dispersão – relevo estrutura , com espessura variável de a,1 a 5 mm. Conforme especificação.	m²	2000	-	2000



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por extrusão, retro refletorizado e antiderrapante com espessura mínima de 2,0mm (Extrudado). Conforme especificação.	m ²	2500	-	2500
6	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com material bi componente plástico a frio, pelo método de aplicação spray dupla aspersão com agregado antiderrapante com espessura de 1,0mm.(aspersão) Conforme especificação.	m ²	2000	30	2030
7	Remoção de sinalização horizontal por processo microfresagem, sem desagregação do pavimento.	m ²	800	100	900
8	Fornecimento e implantação de tachão bidirecional com refletivo amarelo. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	Un.	900	20	920
9	Fornecimento e implantação de tachão monodirecional com refletivo branco. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	Un.	500	10	510
10	Fornecimento e implantação de tacha bidirecional amarela. Conforme especificações.	Un.	6000	10	6010
11	Fornecimento e implantação de tacha monodirecional branca. Conforme especificações.	Un.	14000	10	14010
12	Serviço de Aplicação mecânico de piso tátil direcional em relevo com plástico a frio considerando largura total da faixa de 0,25m.	m	300	300	600
13	Serviço de aplicação de piso tátil de alerta em placas pré-formadas em relevo com plástico a frio, adesivadas ao pavimento com cola a base de metilmetacrilato, considerando placas quadradas com largura de 0,25m, que podem ser cortadas conforme a necessidade geométrica da marcação de alerta	m	100	100	200

Diante desse cenário, elaboramos um memorial de cálculo detalhado dos itens que compõem o lote, levando em conta a última contratação e a estimativa para o pedido atual.

MEMORIAL DE CÁLCULO					
ITEM	DESCRIÇÃO	ÚLTIMA AQUISIÇÃO - 2022	QTDE A SER ADQUIRIDA	% DE REDUÇÃO/INFLAÇÃO	JUSTIFICATIVA
1	Fornecimento e aplicação Sinalização Horizontal Hot Spray.	25.402 M ²	6.000 M ²	- 76,38%	Redução motivada pela recente revitalização das vias de grande fluxo. A elevada durabilidade do material aplicado dispensa nova execução integral, restringindo o objeto à manutenção de trechos residuais.
2	Fornecimento e aplicação Sinalização Horizontal Extrudado.	30.000 M ²	10.000 M ²	- 66,67%	Diminuição fundamentada na integridade da sinalização de alta espessura executada em ciclos anteriores. O aporte atual destina-se estritamente à manutenção corretiva e pontos remanescentes.
3	Fornecimento e aplicação sinalização horizontal, tinta fria a base de metilmetacrilato monocomponente.	3.500 M ²	30.000 M ²	+ 757,14%	Incremento decorrente da transição estratégica para materiais de alto desempenho e da expansão da malha cicloviária e zonas de conflito. O metil-metacrilato possui resistência abrasiva e estabilidade colorimétrica superiores, o que reduz drasticamente a periodicidade de manutenção e o Custo Total de Propriedade (TCO). A medida visa garantir a segurança viária prolongada e a otimização dos recursos públicos no médio prazo.
4	Fornecimento e aplicação sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente com espessura.	35.000 M ²	2.000 M ²	-94,29%	A expressiva redução justifica-se pela elevada vida útil e resistência ao cisalhamento do material aplicado em ciclos anteriores. Dada a integridade estrutural e funcional da sinalização bi-componente remanescente, a presente demanda limita-se estritamente a manutenções pontuais e reparos em trechos críticos, otimizando a aplicação de recursos em insumos de alto valor agregado.
5	Fornecimento e aplicação sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, aplicação por extrusão, retro refletorizado e antiderrapante com espessura.	-	2.500 M ²	-	Inclusão de solução tecnológica de alta performance para pontos de conflito crítico e zonas de frenagem. As propriedades antiderrapantes e a espessura por extrusão visam mitigar sinistros em condições de pista molhada e garantir a permanência da sinalização sob tráfego severo. A adoção deste material fundamenta-se na busca pela redução do custo de manutenção e no estrito cumprimento das diretrizes de segurança viária do CONTRAN.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

6	Fornecimento e aplicação sinalização horizontal, com material bi componente plástico a frio, aplicação spray dupla aspersão com agregado antiderrapante.	-	2.000 M²	-	Introdução de tecnologia que assegura a estequiometria exata da mistura entre resina e catalisador, resultando em maior coesão molecular e durabilidade. O diferencial do agregado antiderrapante é fundamental para elevar o coeficiente de atrito em trechos críticos (como aclives e curvas), minimizando o risco de derrapagens e aumentando a segurança viária sob condições climáticas adversas.
7	Remoção de Sinalização Horizontal.	800 M²	800 M²	-	Não houve alteração.
8	Fornecimento e instalação de tachão bidirecional amarelo.	1.000	900	- 10%	A redução de 10% reflete a estabilização da malha viária após a instalação massiva de dispositivos de canalização em períodos anteriores. O quantitativo atual é dimensionado para suprir exclusivamente a reposição de peças danificadas por impacto ou desgaste natural, além de atender a pequenas adequações geométricas remanescentes, garantindo a manutenção da segurança viária com maior eficiência.
9	Fornecimento e instalação de tachão monodirecional branco.	1.000	500	- 50%	Redução fundamentada no índice de preservação dos dispositivos implantados na última etapa de sinalização. Visto que a malha viária apresenta integridade na delimitação de bordos e fluxos unidirecionais, o presente quantitativo foi ajustado para atender estritamente à reposição de unidades avariadas e à conclusão de projetos pontuais, otimizando o estoque operacional.
10	Fornecimento e instalação de tacha bidirecional amarela.	5.371	6000	+ 11,71%	O leve incremento visa o reforço da sinalização de canalização e divisão de fluxos opostos em trechos de visibilidade comprometida. A atualização do quantitativo é necessária para garantir a continuidade da retrorrefletividade em períodos noturnos ou sob chuva, assegurando que o delineamento das faixas permaneça em conformidade com os padrões de segurança viária vigentes.
11	Fornecimento e instalação tacha monodirecional branca.	1.200	14.000	+ 1.066%	O expressivo incremento decorre da adequação técnica de projetos de segurança viária em vias arteriais e coletoras. A Administração optou pelo reforço da sinalização horizontal com dispositivos retrorrefletivos em substituição ao delineamento puramente pictórico, visando elevar a percepção do condutor em períodos noturnos e sob intempéries.
12	Fornecimento e aplicação de piso tátil direcional	-	300 M²	-	A definição dos quantitativos para os pisos táteis (Direcional e de Alerta) fundamenta-se no estrito cumprimento da ABNT NBR 9050 e no Plano de Mobilidade Urbana. A aquisição conjunta é tecnicamente indissociável, visto que o piso direcional orienta o percurso, enquanto o de alerta sinaliza obstáculos ou mudanças de direção. O planejamento visa a eliminação de barreiras arquitetônicas em rotas acessíveis, garantindo a segurança, orientação e autonomia dos usuários com deficiência visual ou baixa visão.
13	Fornecimento e aplicação de piso tátil de alerta	-	100 M²	-	

Nota: Os quantitativos referentes à Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) não foram integrados à presente planilha de memória de cálculo, visto tratar-se de participação inédita da referida pasta, cujas estimativas foram processadas de forma apartada para não interferir na análise do histórico de consumo da SETRAN.

A estimativa de quantitativos foi planejado para um período inicial de 12 meses, prevendo-se que, em caso de prorrogação contratual, os quantitativos possam ser renovados (reestabelecendo-se os montantes iniciais) conforme a necessidade da Administração e o esgotamento dos itens. Essa estratégia garante o suporte contínuo às metas de segurança viária, permitindo o reabastecimento do lastro contratual para novos ciclos de atendimento sem interrupção dos serviços de sinalização.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para o atendimento da presente demanda consistiu na análise das alternativas viáveis para suprir a necessidade de sinalização viária no Município de Praia Grande, considerando os critérios de eficiência, durabilidade e economicidade. Foram avaliadas duas soluções principais: a execução direta, que demandaria a ampliação imediata do quadro de servidores e a aquisição



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

de maquinário pesado de alto custo, e a contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de materiais via Registro de Preços. A análise técnica demonstrou que a execução direta apresenta limitações de escala e tecnologia, enquanto a contratação externa permite a mobilização de múltiplas frentes de trabalho e o uso de técnicas avançadas, como a extrusão e o uso de metil-metacrilato, que a administração não opera em larga escala de forma própria.

A justificativa econômica para a escolha da contratação de empresa especializada fundamentou-se em uma pesquisa abrangente de preços e metodologias. Para a balização dos custos e verificação da viabilidade da solução, foram consultadas empresas com notória especialização no setor de sinalização e engenharia viária, sendo identificadas como referências de mercado a Datacity Serviços Ltda, a MZ Sinalização Viária Ltda, a Arc Comércio Construção e Administração de Serviços Ltda e a Sinalta Propista Sinalização, Segurança e Comunicação Visual Ltda. Além da consulta direta ao mercado, o levantamento utilizou como parâmetro referencial a Tabela de Preços Unitários do DER-SP (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo), garantindo que o orçamento estimado esteja em estrita conformidade com os índices oficiais e os valores praticados por outros órgãos da administração pública.

Este processo de levantamento permitiu concluir que o mercado local e regional possui ampla competitividade, com fornecedores qualificados e prontos para atender às exigências normativas da ABNT e do CONTRAN. A solução por meio de licitação, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, mostra-se como a via mais segura para a seleção de uma proposta que ofereça a melhor relação custo-benefício, assegurando a qualidade técnica dos materiais e a agilidade necessária na execução dos serviços de sinalização horizontal em todo o território municipal.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi elaborada através de uma ampla pesquisa de mercado, utilizando o método da média aritmética entre as cotações de empresas especializadas e a tabela referencial oficial (DER-SP de outubro/2025).

Abaixo, apresenta-se a memória de cálculo com os valores unitários de cada proponente, o preço médio e o valor total estimado para a contratação:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

ITEM	OBJETO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO					VALOR UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL MÉDIO
				ARC COMÉRCIO	DATA CITY	DETRAN (TPU)	MZ SINALIZAÇÃO VIÁRIA	SINALTA PROPISTA		
1	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, processo de aspersão Hot-Spray na cor amarela/branca. Conforme Especificação	m²	6100	185,50	175,00	96,91	180,25	108,00	149,13	909.693,00
						CÓD. 28.03.03.99				
2	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, Extrudado na cor amarela/branca. Conforme Especificação	m²	10000	255,50	245,00	122,76	252,35	159,00	206,92	2.069.200,00
						CÓD. 28.03.05.99				
3	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, tinta fria a base de metil-metacrilato monocomponente na cor amarela/branca/vermelha/preta/azul .	m²	30030	62,00	58,00	48,76	59,74	65,00	58,70	1.762.761,00
						CÓD. 28.03.02.99				
4	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por dispersão – relevo estrutura , com espessura variável de a,1 a 5 mm. Conforme especificação.	m²	2000	166,50	159,50	115,93	161,29	198,00	160,24	320.480,00
						CÓD. 72.58.02.99.03				
5	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por extrusão, retro refletorizado e antiderrapante com espessura mínima de 2,0mm (Extrudado). Conforme especificação.	m²	2500	292,00	280,00	309,76	288,40	248,00	283,63	709.075,00
						CÓD. 28.03.05.03.99				



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

Item	Objeto	Un.	Quant.	Valor Unitário					Valor Unitário Médio	Subtotal Médio
				ARC COMÉRCIO	DATA CITY	DETRAN (TPU)	MZ SINALIZAÇÃO VIÁRIA	SINALTA PROPISTA		
6	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com material bi componente plástico a frio, pelo método de aplicação spray dupla aspersão com agregado antiderrapante com espessura de 1,0mm.(aspersão) Conforme especificação.	m²	2030	187,00	179,00	133,45	185,00	154,00	167,69	340.410,70
						CÓD. 72.58.02.99.01				
7	Remoção de sinalização horizontal por processo microfresagem, sem desagregação do pavimento.	m²	900	195,00	175,00	87,06	180,25	126,00	152,66	137.394,00
						CÓD. 21.03.11.03.99				
8	Fornecimento e implantação de tachão bidirecional com refletivo amarelo. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	Un.	920	77,00	70,00	65,50	72,10	98,00	76,52	70.398,40
						CÓD. 28.03.09.02.01.99				
9	Fornecimento e implantação de tachão monodirecional com refletivo branco. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	Un.	510	75,00	67,00	62,22	69,01	92,00	73,05	37.255,50
						CÓD. 28.03.15.03.99				
10	Fornecimento e implantação de tacha bidirecional amarela. Conforme especificações.	Un.	6010	40,00	36,00	33,20	37,08	45,00	38,26	229.942,60
						CÓD. 28.03.09.04.99				
11	Fornecimento e implantação de tacha monodirecional branca. Conforme especificações.	Un.	14010	39,00	32,00	33,20	32,96	41,00	35,63	499.176,30
						CÓD. 28.03.09.03.99				

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

Item	Objeto	Un.	Quant.	Valor Unitário					Valor Unitário Médio	Subtotal Médio
				ARC COMÉRCIO	DATA CITY	DETRAN (TPU)	MZ SINALIZAÇÃO VIÁRIA	SINALTA PROPISTA		
12	Serviço de Aplicação mecânico de piso tátil direcional em relevo com plástico a frio considerando largura total da faixa de 0,25m.	m	600	350,00	300,00	Sem cotação *	362,00	248,00	315,00	189.000,00
13	Serviço de aplicação de piso tátil de alerta em placas pré-formadas em relevo com plástico a frio, adesivadas ao pavimento com cola a base de metilmetacrilato, considerando placas quadradas com largura de 0,25m, que podem ser cortadas conforme a necessidade geométrica da marcação de alerta	m	200	422,00	312,00	Sem cotação*	325,00	356,00	353,75	70.750,00
Total Médio										7.345.536,50

*Item não constante na Tabela de Preços Unitários do DER-SP, visto que as composições de custos do referido órgão são destinadas estritamente ao contexto rodoviário, inexistindo previsão para serviços de natureza urbana específica.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução selecionada consiste na contratação de empresa especializada para a execução e fornecimento de materiais destinados aos serviços de sinalização viária no município de Praia Grande, a ser realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico com a utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme disposto no Decreto Municipal nº 7.929/2023. Os serviços abrangem desde atividades preliminares e remoção de sinalização existente até a implantação e revitalização de sinalização horizontal, incluindo faixas de pedestres, marcas de canalização, faixas seccionadas e contínuas, vagas de estacionamento — com especial atenção aos estacionamentos do Palácio das Artes (PDA) e Kartódromo —, além da instalação de dispositivos auxiliares e elementos de acessibilidade, como o piso tátil.

Ressalte-se que a presente contratação não é classificada estritamente como um serviço de caráter continuado nos moldes administrativos tradicionais; todavia, sua execução reveste-se de natureza indispensável e recorrente para a Administração Pública. A justificativa para tal necessidade reside no estrito cumprimento das diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que impõe ao órgão com circunscrição sobre a via o dever de mantê-la devidamente sinalizada para garantir a segurança dos usuários. Portanto, embora a execução ocorra de forma sob demanda, a disponibilidade do contrato é vital para a preservação da vida e a prevenção de acidentes, uma vez que a ausência de sinalização horizontal adequada compromete diretamente a mobilidade urbana e a integridade física de pedestres e condutores.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Em razão da natureza recorrente da demanda, prevê-se que, em eventuais prorrogações contratuais até o limite legal, os quantitativos iniciais sejam renovados, garantindo o restabelecimento do lastro operacional necessário para o atendimento das metas de segurança viária e das solicitações de manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo. Esta estratégia permite uma gestão fiscal eficiente, onde a Administração apenas emite ordens de serviço conforme a necessidade real, evitando o desperdício de insumos e garantindo agilidade no atendimento de pontos críticos.

A escolha por essa solução é justificada economicamente pelo potencial de redução de custos decorrente do aumento da competitividade entre fornecedores no Sistema de Registro de Preços, o que favorece o princípio da economicidade. Além disso, o modelo assegura que a Secretaria de Trânsito possa superar o atual déficit de pessoal e maquinário, utilizando tecnologias de ponta e mão de obra externa qualificada. A contratada será responsável pela manutenção e assistência técnica, com garantias de até 24 meses para dispositivos auxiliares, assegurando que os padrões de desempenho e qualidade, objetivamente definidos no Termo de Referência, sejam mantidos durante todo o período de vigência da ata.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A análise quanto à divisibilidade do objeto, conforme preconiza o Art. 18, §1º, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, concluiu pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, optando-se pela adjudicação em Lote Único. Embora o parcelamento seja a regra geral, a presente decisão fundamenta-se na observância da Súmula TCU nº 247, que orienta o agrupamento de itens quando a separação puder causar prejuízo ao conjunto da solução ou perda de economia de escala. No caso da sinalização viária, a fragmentação do objeto em diversos lotes ou itens isolados comprometeria a integridade logística e a eficiência operacional, uma vez que a execução dos serviços de pintura, implantação de tachões e sinalização de acessibilidade (piso tátil) deve ocorrer de forma coordenada e integrada na mesma via ou próprio municipal.

A escolha pelo agrupamento justifica-se tecnicamente para evitar conflitos de responsabilidade e incompatibilidades na execução. A contratação de empresas distintas para itens correlatos de um mesmo projeto viário poderia gerar impasses quanto à garantia dos serviços e ao cronograma de mobilização, dificultando a fiscalização e o controle de qualidade pela SETRAN. Além disso, a manutenção do lote único assegura um ganho significativo de economia de escala, reduzindo os custos indiretos de mobilização de frentes de trabalho,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

transporte de maquinário pesado e equipes técnicas, o que resulta em preços unitários mais vantajosos para a Administração Pública.

Sob o aspecto da competitividade, verifica-se que o não parcelamento não restringe a participação de licitantes. O mercado de sinalização viária e engenharia de tráfego conta com uma ampla gama de empresas capacitadas a fornecer a totalidade dos itens solicitados — desde a pintura mecanizada até a instalação de elementos de acessibilidade para a SECTUR. Portanto, a adjudicação por lote atende concomitantemente aos critérios de viabilidade técnica, manutenção da economia de escala e melhor aproveitamento do mercado, garantindo que a contratação produza o resultado pretendido de forma célere e com a padronização necessária à segurança viária e à organização dos fluxos nos equipamentos turísticos e culturais do município.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação busca, como resultado primordial, a elevação dos padrões de segurança viária e mobilidade urbana no Município de Praia Grande, garantindo que a sinalização horizontal atue como instrumento eficaz na preservação da vida e na mitigação de acidentes. Pretende-se, por meio desta solução, assegurar o estrito cumprimento das diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e dos Manuais Brasileiros de Sinalização, promovendo a organização do fluxo, a previsibilidade do tráfego e a redução gradativa de fatalidades nas vias públicas e nos próprios municipais de grande circulação, como o Palácio das Artes (PDA) e o Kartódromo.

Sob a ótica do melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação visa suprir a lacuna operacional da Secretaria de Trânsito, permitindo que o quadro limitado de servidores da Divisão de Planejamento e Engenharia de Tráfego foque em atividades de gestão, fiscalização e projetos estratégicos. O resultado esperado é o fim da sobrecarga da equipe interna e a redução da dependência de horas extraordinárias, uma vez que a empresa contratada absorverá as demandas de grande escala e alta complexidade tecnológica que exigem maquinário pesado e equipes numerosas.

No que tange ao aproveitamento de recursos materiais e financeiros (economicidade), os resultados pretendidos concentram-se na otimização dos gastos públicos através do Sistema de Registro de Preços. A Administração busca a eficiência ao pagar estritamente pelo serviço executado (medição por produtividade), eliminando desperdícios de materiais de estoque e custos fixos com manutenção de equipamentos próprios. A utilização de materiais de alta performance, como o plástico a frio e o metil-metacrilato, visa aumentar o ciclo de vida da sinalização, resultando em menor frequência de intervenções e, consequentemente, em uma economia real a médio e longo prazo.

Em termos de indicadores de desempenho e qualidade, a contratação almeja alcançar os seguintes parâmetros:

Segurança e Fluidez: Redução do índice de conflitos viários e acidentes em pontos críticos através da revitalização imediata da sinalização de regulamentação e advertência.

Padronização e Acessibilidade: Garantia de 100% de conformidade técnica nos itens de acessibilidade (piso tátil), conforme as solicitações do OF SEDI nº 61/2025, assegurando o direito de ir e vir de pessoas com deficiência.

Eficiência Operacional: Redução do tempo de resposta para a manutenção da sinalização urbana, mantendo as vias permanentemente sinalizadas e em conformidade com as exigências do CONTRAN.

Por fim, o processo licitatório pretende garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a isonomia e a justa competição. O resultado final esperado é uma gestão pública transparente e eficiente, onde os recursos financeiros disponíveis sejam convertidos em infraestrutura viária de alta qualidade, promovendo um ambiente urbano mais organizado, seguro e acessível para toda a população e visitantes do município.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

Para assegurar a plena execução do objeto e a eficiência na fiscalização dos serviços, a Administração adotará uma série de providências antecedentes à formalização do ajuste, garantindo que o ambiente organizacional esteja apto a receber a solução. Nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a primeira medida consistirá na designação formal, por autoridade competente, de um ou mais fiscais e gestores de contrato, selecionados entre servidores com conhecimento técnico específico na área de engenharia viária e sinalização. Esta equipe será responsável por monitorar a conformidade técnica dos materiais e a execução dos serviços em campo, garantindo o estrito cumprimento das diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

No que tange à capacitação e estrutura organizacional, a Secretaria promoverá o alinhamento técnico da equipe de fiscalização quanto aos novos métodos de aplicação (como o plástico a frio e o metil-metacrilato) e aos critérios de medição estabelecidos no Termo de Referência. Não se vislumbra a necessidade de grandes intervenções de infraestrutura física ou tecnológica no ambiente da SETRAN, uma vez que a solução será executada externamente na malha viária e em próprios municipais. Todavia, será assegurada a adequação dos sistemas de informação internos para o registro célere das medições, relatórios técnicos e laudos de conformidade, permitindo um controle documental rigoroso e transparente.

Quanto à logística e planejamento operacional, a Administração providenciará, o mapeamento atualizado das áreas prioritárias, incluindo o cronograma de intervenções. Esta providência visa evitar conflitos de agenda com eventos públicos e garantir que a mobilização da contratada ocorra de forma coordenada, minimizando impactos no fluxo de veículos e pedestres durante a execução dos trabalhos.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição do objeto podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de sinalização horizontal, embora essencial para a segurança viária, envolve processos que requerem atenção especial quanto à sustentabilidade e ao cumprimento das normas ambientais vigentes. Os principais impactos identificados referem-se à emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs) provenientes de tintas e solventes, à geração de resíduos perigosos — como latas e embalagens contaminadas — e ao risco potencial de contaminação do solo e corpos hídricos em caso de armazenamento ou descarte inadequado. Adicionalmente, considera-se o impacto na saúde ocupacional dos trabalhadores devido à exposição a substâncias químicas durante a manipulação dos materiais.

Para mitigar esses riscos e assegurar a viabilidade ambiental da solução, a empresa contratada deverá cumprir rigorosamente a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Como medida mitigadora central, será exigida a implementação de um plano de logística reversa para as embalagens de tintas e solventes, garantindo que o desfazimento e a reciclagem desses bens e refugos ocorram em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a ABNT NBR 10004. O recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada desses resíduos são de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá comprovar o controle rigoroso para evitar qualquer descarte irregular no ambiente urbano.

Sob a ótica da eficiência e do baixo consumo de recursos, a solução privilegia o uso de tecnologias de aplicação mecanizada que otimizam o consumo de tinta e reduzem o desperdício de material. A contratada deverá adotar boas práticas de operação para minimizar a dispersão de resíduos durante a pintura e garantir o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme as Normas Regulamentadoras NR-9 e NR-15. Tais medidas visam não apenas a preservação ambiental, mas também a proteção da saúde dos trabalhadores e da comunidade local durante as intervenções viárias.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

Por fim, a viabilidade ambiental da contratação é reforçada pelo compromisso da empresa vencedora em atender a todas as exigências da legislação sanitária e ambiental, incluindo a obtenção de licenças específicas junto aos órgãos competentes, quando necessário. A implementação de ações preventivas e o monitoramento constante das frentes de trabalho garantirão que a revitalização da sinalização em Praia Grande ocorra de maneira sustentável, equilibrando a necessidade de infraestrutura segura com a proteção dos recursos naturais e a qualidade de vida da população.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação da solução descrita é tecnicamente e economicamente viável, além de fundamentalmente necessária para o atendimento dos objetivos propostos. Diante do exposto, DECLARO A VIABILIDADE da contratação pretendida, ressaltando a necessidade de análise complementar quanto à viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes. Tal análise é essencial para assegurar a conformidade do processo, garantindo que sejam adotadas as providências cabíveis para a formalização da contratação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANÁLISE DE RISCOS - PROCESSO Nº 5.595/2024-D

REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL
COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS RISCOS DA PRETENDIDA CONTRATAÇÃO

1.1. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 1	Estimativa de Quantitativos Inadequada (Subestimação ou Superestimação)	
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	Dano potencial
Impacto	() Baixa () Média (X) Alto	A subestimação pode levar à interrupção dos serviços por falta de saldo na Ata, comprometendo a segurança viária. A superestimação pode gerar questionamentos dos órgãos de controle ou falta de interesse de boas empresas por incerteza de execução.
Ação Preventiva		Responsável
Utilização de histórico de consumo (2023/2024), inclusão de margem para novas demandas (SECTUR - PDA/Kartódromo) e fundamentação técnica baseada no aumento de 10,33% da demanda viária.		Requisitante
Ação de contingência		Responsável
Realização de aditamento contratual (dentro do limite legal) ou abertura de novo processo licitatório com antecedência ao término do saldo.		Gestor do Contrato

RISCO 2	Desatualização de Preços face à Tabela de Referência (DER-SP)	
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	Dano potencial
Impacto	() Baixa (X) Média () Alto	Licitação deserta ou fracassada caso os preços da tabela DER/propostas de mercado estejam defasados em relação aos custos de insumos (tintas/solventes), que sofrem variações constantes.
Ação Preventiva		Responsável
Realização de ampla pesquisa de mercado com no mínimo 3 orçamentos válidos e utilização da tabela DER mais recente (Outubro/2025).		Setor de Compras / Requisitante
Ação de contingência		Responsável
Repactuação de preços ou nova pesquisa de mercado para balizar o valor de referência do edital.		Setor de compras



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

1.2. GESTÃO DO CONTRATO

RISCO 3	Falha na Expansão do Sistema Inteligente (Headway)		BQualidade dos Materiais ou Execução Fora das Normas (ABNT/CONTRAN)
Probabilidade	(<input type="radio"/>) Baixa (<input checked="" type="radio"/>) Média (<input type="radio"/>) Alta	Dano potencial	
Impacto	(<input type="radio"/>) Baixa (<input type="radio"/>) Média (<input checked="" type="radio"/>) Alto	Desgaste prematuro da sinalização, falta de retrorrefletividade (visibilidade noturna) e riscos de acidentes, gerando prejuízo financeiro e à segurança pública.	
Ação Preventiva		Responsável	
Exigência de certificados de qualidade dos materiais e laudos técnicos no ato da entrega/aplicação. Fiscalização rigorosa da espessura da tinta e aspersão de esferas de vidro.		Fiscal do Contrato	
Ação de contingência		Responsável	
Notificação imediata da empresa para refazer o serviço sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação de multas e suspensão de pagamentos.		Gestor do Contrato	

RISCO 4	Inobservância dos Prazos de Atendimento (Logística de Mobilização)	
Probabilidade	(<input type="radio"/>) Baixa (<input checked="" type="radio"/>) Média (<input type="radio"/>) Alta	Dano potencial
Impacto	(<input type="radio"/>) Baixa (<input checked="" type="radio"/>) Média (<input type="radio"/>) Alto	Atraso na sinalização de áreas críticas (escolas, hospitais ou eventos no PDA), mantendo vias inseguras ou desorganizadas por tempo excessivo.
Ação Preventiva		Responsável
Estabelecimento de prazo de mobilização técnica de no máximo 48 horas para chamados emergenciais no Termo de Referência.		Requisitante / Elaborador do TR.
Ação de contingência		Responsável
Aplicação de sanções administrativas e multas moratórias previstas em edital por atraso na execução da Ordem de Serviço.		Gestor do Contrato



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

RISCO 5	Impactos Ambientais por Descarte Inadequado de Resíduos	
Probabilidade	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta	Dano potencial
Impacto	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alto	Contaminação de solo/água por solventes e tintas, sujeitando o Município a multas ambientais e danos à imagem institucional.
Ação Preventiva		Responsável
Exigência de Plano de Logística Reversa e comprovantes de destinação final de embalagens (Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR).		Fiscal do Contrato
Ação de contingência		Responsável
Notificação aos órgãos ambientais competentes em caso de crime ambiental e rescisão contratual por descumprimento de cláusula de sustentabilidade.		Gestor do Contrato

Requisitante: Divisão de Planejamento e Engenharia de Tráfego - SETRAN 16.1.3

Responsável: Michele Rezende de Mesquita **Registro Funcional:** 18.022

E-mail: sentraneng@praiagrande.sp.gov.br **Telefone:** (13) 3496-5071

Requisitante: Divisão de Administração – SECTUR 19.0.0.3

Responsável: Leandro Araújo Diniz **Registro Funcional:** 34.718

E-mail: manutencaosectur@praiagrande.sp.gov.br **Telefone:** (13) 3496-5709



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(usar papel timbrado da empresa)

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, **DECLARA** que:

Assinalar somente uma das seguintes opções abaixo, para cada item:

1) () **Sim**, possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

() **Não** possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2) () **Sim**, possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

() **Não** possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Se **Sim** para qualquer das opções acima, identificar conforme abaixo:

Nome completo:.....

Cargo Ocupado:.....

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Será enviada eletronicamente



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANEXO III – PLANILHA PROPOSTA

AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, processo de aspersão Hot-Spray na cor amarela/branca. Conforme Especificação	2836	M²	6100	R\$	R\$
2	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, Extrudado na cor amarela/branca. Conforme Especificação	2836	M²	1000	R\$	R\$
3	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, tinta fria a base de metil-metacrilato monocomponente na cor amarela/branca/vermelha/preta/azul	2836	M²	30030	R\$	R\$
4	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por dispersão – relevo estrutura, com espessura variável de a,1 a 5 mm. Conforme especificação.	2836	M²	2000	R\$	R\$
5	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com plástico a frio, bi componente, pelo método de aplicação por extrusão, retro refletorizado e antiderrapante com espessura mínima de 2,0mm (Extrudado). Conforme especificação.	2836	M²	2500	R\$	R\$
6	Fornecimento e aplicação de material para sinalização horizontal, com material bi componente plástico a frio, pelo método de aplicação spray dupla aspersão com agregado antiderrapante com espessura de 1,0mm.(aspersão) Conforme especificação.	2836	M²	2030	R\$	R\$
7	Remoção de sinalização horizontal por processo microfresagem, sem desagregação do pavimento.	2836	M²	900	R\$	R\$
8	Fornecimento e implantação de tachão bidirecional com refletivo amarelo. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	2836	Unid.	920	R\$	R\$
9	Fornecimento e implantação de tachão monodirecional com refletivo branco. Com garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua implantação – padrão ABNT Tipo 1	2836	Unid.	510	R\$	R\$
10	Fornecimento e implantação de tacha bidirecional amarela. Conforme especificações.	2836	Unid.	6010	R\$	R\$



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SETRAN - Secretaria de Trânsito

11	Fornecimento e implantação de tacha monodirecional branca. Conforme especificações.	2836	Unid.	14010	R\$	R\$
12	Serviço de Aplicação mecânico de piso tátil direcional em relevo com plástico a frio considerando largura total da faixa de 0,25m.	2836	M	600	R\$	R\$
13	Serviço de aplicação de piso tátil de alerta em placas pré-formadas em relevo com plástico a frio, adesivadas ao pavimento com cola a base de metilmetacrilato, considerando placas quadradas com largura de 0,25m, que podem ser cortadas conforme a necessidade geométrica da marcação de alerta	2836	M	200	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO) Nº XXX/XXX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DA EMPRESA)

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente, o senhor **MARCELINO SANTOS GOMES**, titular da Secretaria Municipal de Trânsito, por atribuição conferida através do inciso XXX do artigo 69, o senhor **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através do inciso XXXVII do artigo 78, referentes à Lei Complementar nº 1011/2025, neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO)** nº .../202..., publicada no de/...../202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX**-SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

- 1.1.** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO)**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 080/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Descrição (*)	Unidade	Quantidade*	Valor Unitário em R\$

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

- 2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 3.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria de Trânsito - **SETRAN**

- 3.2.** Além do gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

a) Secretaria Municipal de Cultura – SECTUR.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Por força do art. 86, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/21, somente órgãos e entidades da Administração Pública Municipal podem aderir a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal.

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item **4.1.**

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item **4.7.**

Vedação a acréscimo de quantitativos



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente previsto.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital*;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item Erro! Fonte de referência não encontrada. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **9.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e no item **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração;

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Termo de Referência*.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 18.847/2025



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANEXO V – Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
X	Especificação	CATMAT	Unid. De Medida	Quant.	Valor Unit	<i>Valor Total</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
X	Especificação	CATMAT	Unid. De Medida	Quant.	Valor Unit	<i>Valor Total</i>



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS COMUNS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO) QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DO CONTRATADO)

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente, o senhor **MARCELINO SANTOS GOMES**, titular da Secretaria Municipal de Trânsito, por atribuição conferida através do inciso XXX do artigo 69, o senhor **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria Municipal de Cultura, por atribuição conferida através do inciso XXXVII do artigo 78, referentes à Lei Complementar nº 1011/2025, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão eletrônico n. 080/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (FORNECIMENTO E APLICAÇÃO)**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item do TR	Descrição (*)	Unidade	Quantidade*	Valor Unitário em R\$

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12** (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

2.1.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. (deve ser utilizada quando a contratação prever a prestação de garantias)

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- 8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,
- 8.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

8.1.19.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);

8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

10.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas Nos subitens "11.1.2. a 11.1.4." do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "11.1.5 a 11.1.8." do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "11.1.2. a 11.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

10.2.4.2.1. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

- 10.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.7.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 10.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8. O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	DESPESA	CÓD. APLIC.	SECRETARIA
16.02.00/15.452.8001.2439/3.3.90.39.99	01	2671	11000-00	SETRAN
19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.39.99	01	3014	11000-00	SECTUR

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SETRAN - Secretaria de Trânsito

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.

MARCELINO SANTOS GOMES
Secretário Municipal de Trânsito

MAURICIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Processo Administrativo nº 5.595/2024.

Verificação de assinatura

Código de verificação:

PQGAH6ZH BZMBH3WR JMQEN3W3 WTEZ7477



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas: